

adf

AFRICA DEFENSE FORUM

COLABORAÇÃO CONTINENTAL

Nações Fazem Novas Alianças
para Enfrentar Desafios Comuns

PLUS

Uma conversa com o Tenente-General John M. Omenda,
Vice-Chefe das Forças de Defesa do Quênia

VISITE-NOS EM ADF-MAGAZINE.COM

reportagens

8 Construindo um

Modelo Africano para a Paz

As operações de paz lideradas por africanos preenchem uma lacuna para lidar com algumas das mais difíceis ameaças à segurança, mas enfrentam um futuro incerto

14 Responsáveis Perante as Pessoas que Servem

Melhorando o desempenho militar através do reforço dos mecanismos de controlo

20 'O Homem Voará para Sempre'

Uma conversa com o Tenente-General John M. Omenda, Vice-Chefe das Forças de Defesa do Quênia

24 Influência numa Escala Industrial

O ensino militar profissional em África é apenas uma engrenagem na máquina da China para construir uma nova ordem mundial

32 Aproveitando uma Nova Ferramenta

Os avanços da IA vão alterar a dinâmica dos conflitos dentro e fora do campo de batalha

38 Missões de Manutenção da Paz da ONU Enfrentam Novos Testes

Os críticos dizem que as futuras missões devem adaptar-se para produzir melhores resultados para os países anfitriões

44 O Enigma do Vigilante

Governos recorrem a civis armados para combater rebeldes e extremistas, mas esta tática implica uma série de desafios

50 O Modelo da Costa do Marfim para Combater o Extremismo Violento

O país implementa eficazmente respostas militares, de segurança e sociais ao terrorismo



colunas

- 4 Pontos de Vista
- 5 Perspectiva Africana
- 6 África Hoje
- 30 Batimento Cardíaco Africano
- 56 Ferramentas da Profissão
- 58 Força Futura
- 60 Defesa e Segurança
- 62 Manutenção da Paz
- 64 Trabalho em Equipa
- 66 Retrospectiva
- 67 Onde Estou?



**A Africa Defense Forum
está disponível online**

Visite-nos em adf-magazine.com



NA CAPA

As imagens de operações de apoio à paz e de eventos militares mostram como a compreensão da segurança partilhada está a mudar no continente.

REUTERS E ATMIS

Um provérbio Swahili diz: “Se uma cobra morder o teu vizinho, tu também estás em perigo.” O significado é claro: uma comunidade é mais segura quando todos estão protegidos. Isso é tão verdade para uma aldeia como para um continente.

No domínio da defesa, este conceito é conhecido como “segurança partilhada” e a sua importância é ilustrada com demasiada frequência. Quando um país cai no caos, torna-se um refúgio para os extremistas lançarem ataques para o exterior. Quando os criminosos encontram espaços não governados, exploram-nos e desestabilizam a região. Quando uma guerra civil destrói a paz, os refugiados fogem para além das fronteiras.

Tudo isso demonstra que os países não podem permanecer isolados dos problemas que os rodeiam.

Compreendendo este facto, os profissionais de segurança africanos não hesitam em intervir para ajudar os outros. Quer estejam a servir em missões da União Africana, das Nações Unidas, de comunidades económicas regionais ou de coligações ad hoc, encontram-se entre as forças de manutenção da paz mais experientes do mundo. Onze dos 20 países que mais contribuem com tropas para as missões da ONU são de África.

Mas o futuro destas missões é incerto. A ONU tem enfrentado uma forte resistência às suas missões na República Democrática do Congo e no Mali. Ambas as missões anunciaram o seu fim. A UA regista défices de financiamento persistentes. A logística, incluindo a capacidade de transporte aéreo para deslocar pessoal e equipamento para o local e apoiar as tropas no terreno, é sempre limitada.

Por último, há o desafio de construir uma paz duradoura. Embora missões lideradas por africanos tenham sido bem-sucedidas em objectivos militares como a contra-insurgência, a capacidade de apoiar um processo de paz ou de reconciliação nacional revelou-se mais difícil.

Os líderes africanos têm agora a oportunidade de tirar partido das lições aprendidas em missões anteriores e da profunda experiência das forças de manutenção da paz. Os países demonstraram a sua capacidade de reunir rapidamente coligações para intervir em ameaças que vão desde a violência eleitoral a epidemias de doenças. Essa adaptabilidade e rapidez podem ser o maior trunfo das intervenções de segurança lideradas por africanos. Os futuros modelos de manutenção da paz serão adaptados de forma única aos desafios de segurança africanos.

Ao investir na formação em manutenção da paz e ao reforçar os procedimentos que permitem intervenções rápidas, as missões lideradas por africanos podem restaurar a paz de forma mais eficaz. Dando prioridade ao diálogo e abordando as causas subjacentes à instabilidade, as nações africanas podem garantir a manutenção da paz e a prosperidade do continente.

Equipa do Comando Africano dos Estados Unidos

Soldados das Forças de Defesa do Quênia preparam-se para embarcar num avião depois de participarem na Força Regional da Comunidade da África Oriental na República Democrática do Congo.

REUTERS



Segurança Compartilhada

Volume 17, 2º Trimestre

COMANDO AFRICANO
DOS ESTADOS UNIDOS



CONTACTOS:

U.S. AFRICA COMMAND

Attn: J3/Africa Defense Forum
Unit 29951
APO-AE 09751 USA

ADF.Editor@ADF-Magazine.com

**HEADQUARTERS
U.S. AFRICA COMMAND**

Attn: J3/Africa Defense Forum
Geb 3315, Zimmer 53
Plieninger Strasse 289
70567 Stuttgart, Germany

Africa Defense Forum (ADF) é uma revista militar profissional que serve como um fórum internacional para militares e especialistas em segurança em África. As opiniões expressas nesta revista não representam necessariamente as políticas ou pontos de vista deste comando ou de qualquer outra agência governamental dos EUA. Certos artigos são escritos pela equipa da ADF, e os créditos para outros conteúdos são anotados conforme necessário. A secretaria de defesa determinou que a publicação desta revista é necessária para difundir assuntos de natureza pública exigidos por lei ao Departamento de Defesa.

‘Uma Força, Uma Missão’



O Tenente-General Francis Omondi Ogolla tornou-se chefe das Forças de Defesa do Quênia (KDF) em Abril de 2023. Falou a 14 de Outubro de 2023, num evento na Guarnição de Embakasi, Nairobi, para assinalar o Dia das KDF. O tema foi “Uma Força, Uma Missão: Reforço da segurança nacional e regional.” As observações de Ogolla foram editadas por questões de espaço e clareza.

O Tenente-General Ogolla morreu num acidente de helicóptero no dia 18 de Abril de 2024, a 400 quilómetros a noroeste de Nairobi. O Presidente declarou três dias de luto nacional em memória de Ogolla pelos 40 anos de serviço prestado ao país como piloto de caça, comandante da Força Aérea do Quênia, vice-chefe e depois chefe das KDF.



O Tenente-General Francis Ogolla visitou as tropas das Forças de Defesa do Quênia que servem na Missão de Transição da União Africana na Somália, em Kismayo, em Dezembro de 2023.

FORÇAS DE DEFESA DO QUÊNIA



Todos os anos, este dia serve de testemunho do espírito indomável dos nossos soldados, aviadores

e marinheiros. A nossa observância do Dia das KDF não é uma tradição recente. Tem um significado profundamente enraizado na nossa memória nacional. As sementes desta comemoração foram lançadas em Outubro de 2011, quando os nossos soldados lançaram corajosamente a Operação Linda Nchi [uma intervenção militar na Somália].

O Dia das KDF foi instituído e tem sido observado anualmente desde Outubro de 2012. Serve para recordar a robustez e o empenho das nossas forças de defesa e a sua incansável procura de paz e segurança para a nossa querida nação.

Perante a adversidade, a verdadeira força de uma nação não emerge do seu armamento ou das suas proezas estratégicas, mas da sua unidade e do seu sentido partilhado de objectivos. Há pouco mais de um ano, essa unidade foi posta à prova e deparámo-nos com uma sombra iminente que estendia os braços em direcção à nossa pátria: o al-Shabaab.

Compreendendo a gravidade desta ameaça, os três pilares das nossas forças de defesa — o exército, a força aérea e a marinha — convergiram, cada um com as suas forças únicas, mas todos unidos por uma única missão. Esta sinergia perfeita foi emblemática do nosso lema: uma força, uma missão.

O objectivo foi claro: neutralizar a ameaça do al-Shabaab e garantir a segurança da nossa pátria. No entanto, as guerras nunca são simples. E esta também não o foi. A jornada foi difícil e repleta de desafios. O nosso planeamento meticuloso deparou-se com a imprevisibilidade, a nossa determinação com a resistência. Mas em cada desafio, encontrámos uma oportunidade; em cada revés, uma lição; e em cada vitória, uma esperança renovada.

À medida que navegamos nesta complexa trama da geopolítica mundial e num panorama de segurança em constante evolução, o nosso empenho permanece inabalável. Evoluímos, adaptamo-nos, mas o nosso objectivo principal mantém-se inalterado. Os nossos olhos e ouvidos estão permanentemente a perscrutar os horizontes, assegurando que as nossas estratégias e capacidades são não só reactivas, mas também proactivas em relação a quaisquer desafios à nossa soberania nacional.

Numa época em que o nevoeiro da guerra se torna cada vez mais complexo e o teatro de conflitos cada vez mais intrincado, a base do nosso estimado serviço militar continua a ser o seu empenho no profissionalismo e na conduta ética. As Forças de Defesa do Quênia, na sua busca da segurança nacional e da paz, têm estes princípios na mais alta consideração.

Este compromisso profissional e ético assenta numa base de dedicação subjacente: dedicação à nossa pátria,

dedicação aos ideais que defendemos e dedicação à confiança sagrada que nos foi depositada pelo povo do Quênia.

Ao longo dos registos da história, os êxitos de qualquer instituição, em particular de uma força de defesa, não são alcançados de forma isolada. É o espírito de colaboração e apoio inabalável da liderança que impulsiona uma organização a atingir os seus objectivos. Hoje, estou perante vós não apenas como representante das KDF, mas como testemunho do imenso apoio e confiança que recebemos.

A estes, os dedicados membros do nosso governo nacional, a nossa sincera gratidão não tem limites. A vossa crença inabalável nas nossas capacidades, o vosso apoio contínuo e o vosso empenho na nossa visão comum têm sido a força motriz por detrás de cada manobra, estratégia e vitória.

Num mundo cheio de complexidades, onde os desafios evoluem todos os dias, o nosso compromisso mantém-se firme e singular. As Forças de Defesa do Quênia, unidas pelo dever, pela honra e pelo amor à nossa pátria, continuarão a manter-se como uma fortaleza inquebrável, unidas na diversidade, dedicadas no nosso objectivo.



BOTSWANA *Abre Laboratório Forense para Combater Crimes Contra a Vida Selvagem*

EQUIPA DA ADF

Um laboratório forense no norte do Botswana desempenhará um papel vital no combate ao comércio ilegal de animais selvagens, de acordo com os apoiantes do laboratório.

“O laboratório forense investigará cientificamente e processará os crimes de tráfico de animais selvagens através do apoio interagências à aplicação da lei, o que implicará a recolha, o armazenamento e a análise de provas,” afirmou o Presidente Mokgweetsi Masisi.

O laboratório é apoiado por uma subvenção de 2,7 milhões de dólares do Gabinete de Assuntos Internacionais de Narcóticos e Aplicação da Lei do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Os investigadores do Laboratório Forense de Vida Selvagem de Kasane trabalharão com especialistas em vida selvagem da Universidade Virginia Tech, nos EUA, e com a organização não-governamental Centro de Recursos Africanos, Animais, Comunidades e Uso da Terra (CARACAL), sediada no vizinho Parque Nacional de Chobe.

“O Botswana está a tornar-se um paraíso para a vida selvagem e, portanto, um alvo para os traficantes,” a fundadora da CARACAL, Kathleen Alexander, disse à ADF. Alexander, veterinária da vida selvagem e professora da Virginia Tech, passou mais de 30 anos a trabalhar com o Botswana para proteger a sua vida selvagem.

O laboratório de Kasane ajudará o Botswana e os seus vizinhos a processar os crimes contra a vida selvagem, disse Alexander. “É importante desenvolver medidas mais

rápidas e mais eficazes para combater o tráfico de animais selvagens,” afirmou.

O tráfico de animais selvagens prospera com base na corrupção, nos fluxos financeiros ilícitos e no branqueamento de capitais — factores que o tornaram um mercado importante para as organizações criminosas na Ásia e noutros locais. Os materiais ilícitos são frequentemente embalados com carga legítima para serem contrabandeados por via marítima para a Ásia.

De acordo com a Comissão de Justiça para a Vida Selvagem, é fundamental que as investigações de crimes contra a vida selvagem tenham também em conta o aspecto do crime organizado.

“A análise da informação é um instrumento essencial neste domínio,” os investigadores da comissão escreveram num relatório. “O crime contra a vida selvagem é uma actividade criminosa transversal que não pode ser combatida isoladamente de outros crimes.”

O combate bem-sucedido ao crime contra a vida selvagem exige cooperação internacional, disse Masisi. O laboratório de Kasane coloca os investigadores do Botswana ao alcance de colegas de Angola, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

“As ameaças constantes à nossa vida selvagem e ao seu habitat exigem medidas inovadoras e proactivas,” afirmou Masisi. “Esta instalação tornar-se-á, portanto, um centro crítico nos nossos esforços colectivos para proteger os preciosos recursos naturais que nos foram legados.”

Grupos Educam e Capacitam Jovens para COMBATER A DESINFORMAÇÃO



O educador cívico Owiny Hakim, na frente ao centro, ensina jovens do Uganda sobre os benefícios do diálogo inclusivo e os perigos da desinformação.

INICIATIVA DOS JOVENS LÍDERES AFRICANOS

EQUIPA DA ADF

Tendo crescido em campos de pessoas deslocadas internamente no norte do Uganda na década de 1980, Hakim Owiny esteve rodeado de conflitos armados e de sofrimento, mas a desinformação não o abandonou. Espalharam-se rumores de que as pessoas nos campos eram violentas, e essas mentiras alimentaram mais ondas de violência, divisão e agitação.

Actualmente, Owiny é um educador cívico que trabalha na sua comunidade para ensinar os jovens sobre os benefícios do diálogo inclusivo e os perigos da desinformação.

“A desinformação é uma das armas letais camufladas mais destrutivas entre as pessoas que vivem nas sombras dos conflitos e da instabilidade política,” disse à Iniciativa dos Jovens Líderes Africanos. “Quando as pessoas estão sujeitas a um estado perpétuo de preocupação com as suas vidas, isso cria um terreno fértil para a proliferação da desinformação.”

A desinformação é galopante no panorama mediático em rápido desenvolvimento do continente. Especialistas como Vanessa Manessong, que trabalha com a organização sem fins lucrativos de tecnologia e jornalismo de dados Code for Africa, apontam para os danos que isso causa às perspectivas e ao envolvimento dos jovens.

“Hoje em dia, os jovens entre os 14 e os 24 anos estão muito presentes nas redes sociais, pelo que estão mais expostos aos riscos da desinformação,” afirmou durante um painel de discussão online organizado pelo Centro de Estudos Estratégicos de África, em Janeiro de 2024.

O jornalista Kunle Adebajo, que trabalha para a HumAngle Media, sediada em Abuja, na Nigéria, documentou extensas actividades online de grupos extremistas violentos como o Boko Haram e o Estado Islâmico na Província da África Ocidental.

“Analisámos a forma como utilizam as línguas locais e como misturam diferentes línguas para evitar a moderação de conteúdos em várias plataformas,” afirmou durante o painel de discussão. “Percebemos que não basta verificar a desinformação ou as afirmações individuais. Por vezes, só se vê uma mensagem numa rede de desinformação mais vasta. Quando se ataca esse posto, continua a existir um monstro com cabeça de hidra.”

No Gana, Harriet Ofori trabalha com a organização sem fins lucrativos Penplusbytes para realizar campanhas de sensibilização do público, formar jornalistas e ensinar literacia dos media. Em 2023, mais de 2.000 pessoas participaram nos seus workshops.

“A desinformação é como uma doença que não vai desaparecer tão cedo,” disse Ofori durante o webinar. “Está sempre a evoluir, por isso, é muito importante que nos vacinemos.”

OMS APROVA Segunda Vacina Contra a Malária

EQUIPA DA ADF

Em Outubro de 2023, a Organização Mundial de Saúde (OMS) aprovou uma segunda vacina contra a malária, dois anos depois de ter aprovado a primeira. Espera-se que esta medida atenuar as preocupações sobre a disponibilidade em África.

A vacina R21/Matrix-M, desenvolvida pela Universidade de Oxford, na Grã-Bretanha, juntar-se-á à vacina RTS,S/AS01 na prevenção da doença transmitida por mosquitos nas crianças. A malária mata centenas de milhares de crianças todos os anos.

“Espera-se que a adição da R21 à lista de vacinas aprovadas resulte num fornecimento suficiente para beneficiar todas as crianças que vivem em áreas onde a malária é um risco para a saúde pública,” informaram as Nações Unidas logo após a decisão da OMS.

“Como investigador da malária, costumava sonhar com o dia em que teríamos uma vacina segura e eficaz contra a malária,” disse o Director-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, da Etiópia. “Agora temos duas.”

A Dra. Matshidiso Moeti, directora regional da OMS para África, afirmou que a vacina “tem um potencial real para colmatar o enorme fosso entre a procura e a oferta. Disponibilizadas em grande escala e amplamente implementadas, as duas vacinas podem ajudar a reforçar os esforços de prevenção e controlo da malária e salvar centenas de milhares de vidas jovens em África desta doença mortal.”

Outra vantagem da nova vacina é o seu baixo custo, que se situa entre 2 e 4 dólares por injeção.

A vacina deveria ser lançada em alguns países africanos, incluindo o Burquina Faso, o Gana e a Nigéria, no início de 2024. Prevê-se que esteja disponível noutros países em meados do ano, disse Tedros.



Uma criança recebe uma vacina contra a malária no âmbito de um programa-piloto para crianças em risco no Quênia. Foi aprovada uma segunda vacina. AFP/GETTY IMAGES

CONSTRUINDO UM MODELO AFRICANO PARA A PAZ



As Operações de Paz Lideradas por Africanos Preenchem uma Lacuna Para Lidar Com Algumas das Mais Difíceis Ameaças à Segurança, Mas Enfrentam um Futuro Incerto

EQUIPA DA ADF

Durante décadas, as Nações Unidas foram a principal instituição a supervisionar as missões de manutenção da paz em África. Mas a ONU não lança uma nova missão desde 2014, e as suas missões no Mali e na República Democrática do Congo foram forçadas a encerrar devido à crescente insegurança e à resistência dos países anfitriões.

À medida que a ONU recua, as instituições africanas estão a dar um passo em frente. A União Africana e as organizações regionais supervisionam 10 operações de paz com mais de 70.000 homens e mulheres a prestar serviço em 17 países. Em 2022, a UA igualou o seu maior total de novas missões ao lançar quatro operações de paz.

Muitos observadores defendem actualmente que o futuro das intervenções no continente será liderado por africanos. Estas missões, sob a égide de instituições africanas e principalmente com soldados africanos, são, no seu melhor, ágeis, rápidas a responder e dispostas a combater agressivamente os inimigos de uma forma que as missões da ONU não são.

“As OAP [operações de apoio à paz] lideradas por africanos demonstraram uma riqueza de experiência, competências, capacidade e conhecimentos, apesar dos recursos e financiamento limitados,” o Dr. Andrew Yaw Tchie, do Instituto Norueguês de Assuntos Internacionais, escreveu num artigo para a revista *Global Governance*. “As OAP lideradas por africanos encontram-se num ponto único para não só se ajustarem e adaptarem, mas também para se tornarem um trunfo fundamental para lidar com a instabilidade futura e continuarem a colmatar uma lacuna que as OMP da ONU não conseguiram colmatar totalmente.”

As forças de manutenção da paz africanas já se encontram entre as mais experientes e testadas em

combate no mundo. Em 2000, as forças de manutenção da paz africanas constituíam cerca de 20% de todas as forças em missões da ONU. Em 2020, esse número terá aumentado para mais de 50%.

Mas subsistem dúvidas quanto à forma como a próxima geração de missões será construída e mandada. Que tipos de crises procurarão resolver? Quem é que as vai financiar? Podem trabalhar para resolver conflitos através do diálogo? Enquanto os líderes traçam o caminho a seguir, está a desenvolver-se um modelo africano único de como, quando e onde intervir.



Um soldado burundês que serve na Missão de Transição da União Africana na Somália vigia a partir de um veículo blindado de transporte de pessoal no Estado de Hirshabelle. ATMIS

DIFERENTES FORMAS PARA DIFERENTES PROBLEMAS

Uma das vantagens das missões lideradas por africanos é a sua versatilidade. Há missões de grande escala mandatadas pela UA, como a missão na Somália, que começou em 2007 e incluiu até 20.000 soldados. Existem também missões mais pequenas autorizadas pelas

Soldados das Forças de Defesa do Povo do Sudão do Sul preparam-se para ser destacados para a República Democrática do Congo, no âmbito da intervenção da Comunidade da África Oriental. A missão faz parte de um número crescente de missões lançadas pelas comunidades económicas regionais de África.

AFP/GETTY IMAGES

comunidades económicas regionais (CER), como a intervenção de 630 pessoas da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) na Guiné-Bissau, criada para ajudar a estabilizar o país após uma tentativa de golpe de Estado. Por último, existem missões ad hoc criadas a partir de uma coligação de países para fazer face a uma ameaça comum, como o terrorismo ou o banditismo. Um exemplo disso é a Força-Tarefa Conjunta Multinacional, composta por 10.000 pessoas dos países da Bacia do Lago Chade, em resposta ao terrorismo e à criminalidade.

A Arquitectura Africana de Paz e Segurança da UA orienta estas missões, mas muitas são agora bastante independentes da UA. Em 2023, apenas três das 10 operações de paz lideradas por África eram mandadas pela UA e apoiadas financeira e logisticamente pela UA. Outras, como a Missão da Comunidade para

o Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (SAMIM), são organizadas por uma CER e operam no âmbito da Força Africana em Estado de Alerta (ASF, na sigla inglesa) da UA.

Os observadores dizem que a evolução para um maior controlo local das missões é positiva. Dizem que os organismos regionais e os países vizinhos têm mais interesse nos resultados do que as forças de manutenção da paz vindas de longe.

“Quando se trata de impor a paz, a motivação dos países que contribuem com tropas é fundamental,” o Major-General Richard Addo Gyane, comandante do Centro de Formação de Manutenção da Paz Kofi Annan, disse à ADF. “Se acontecer alguma coisa na Nigéria, prefiro ir lutar, porque sei que pode afectar facilmente o Gana. Há algo por que lutar.”

Do mesmo modo, estas coligações regionais podem ser formadas e implementadas mais rapidamente do que as desenvolvidas através de um processo burocrático lento. O protocolo de 2002 que criou a ASF previa que cada região do continente pudesse enviar um

Tropas ruandesas preparam-se para partir para Moçambique a fim de ajudar o país a combater uma insurgência. REUTERS



batalhão de intervenção em 14 dias. Esta urgência foi exigida por actos de violência em massa ocorridos no passado, em que a intervenção internacional chegou demasiado tarde para salvar vidas.

Embora a estrutura da ASF se encontre em diferentes níveis de prontidão, o Dr. Cedric de Coning, conselheiro sénior do Centro Africano para a Resolução Construtiva de Litígios e perito em manutenção da paz, afirmou que a rapidez deve ser um dos maiores trunfos das operações de paz lideradas por africanos. Segundo ele, as intervenções têm sido mais eficazes utilizando um modelo do tipo “na hora exacta,” em que as coligações de países são criadas para intervir rapidamente quando surge uma crise.

“A vantagem comparativa da UA e de todos os países africanos é o facto de poderem ser mobilizados rapidamente e de estarem dispostos a ser mais robustos,” disse de Coning.

Tchie disse que esta rapidez e auto-suficiência é uma mudança radical em relação às missões anteriores, em que os países tinham de esperar pela aprovação de um organismo internacional ou de um apoiante ocidental. “Estão a fazer a maior parte da logística e estão a utilizar a maior parte do seu próprio equipamento,” Tchie disse à ADF.

“Trata-se de Estados da linha da frente que estão a pôr os seus activos à disposição para poderem realizar estas operações. Isso é muito diferente do modelo tradicional da ONU, em que se espera que todos se comprometam.”

UMA FILOSOFIA DE ‘NÃO INDIFERENÇA’

Em 2019, a UA adoptou uma doutrina de Operações de Apoio à Paz que deixou claro que estava disposta a intervir em cenários que a ONU tradicionalmente evita. O documento sublinha que o organismo continental passou de uma filosofia de não intervenção nos assuntos dos Estados-membros para uma filosofia de “não indiferença.”

“A não indiferença significa que a UA e os seus Estados-membros não ficarão de braços cruzados e não tomarão medidas, podendo actuar mesmo quando não há paz para manter, para prevenir e/ou responder a circunstâncias graves, nomeadamente: crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio,” afirma a doutrina. “Trata-se de uma obrigação dos Estados-membros da UA.”

A doutrina também permite intervenções sem o consentimento do Estado-membro para pôr termo a atrocidades em massa. Mas, na prática, a UA nem sempre interveio quando um país-membro se encontrou em crise. As guerras civis na Etiópia e no Sudão não suscitaram uma missão da UA. Os militares conduziram golpes de Estado em todo o continente, em grande parte sem a intervenção da UA ou das CER.

As operações de paz lideradas por africanos não respeitam frequentemente o princípio fundador da UA de não indiferença aos líderes que, através de crimes de guerra, genocídios ou tomadas de poder inconstitucionais, abusam dos seus cidadãos,” escreveu o Dr. Nathaniel



Tropas do Burundi que servem na Missão de Transição da União Africana na Somália entram a bordo de um helicóptero das Nações Unidas no Estado de Hirshabelle. ATMIS

Allen no documento do Centro de Estudos Estratégicos de África, “Operações de Paz Lideradas por Africanos: Um Instrumento Crucial para a Paz e a Segurança.”

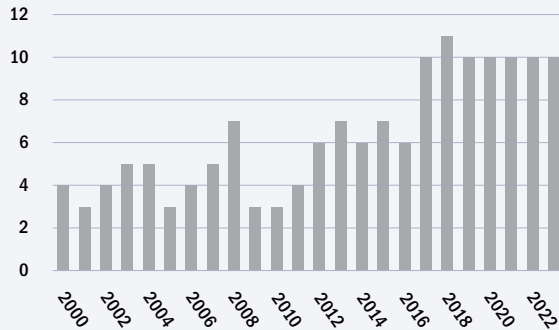
As missões lideradas por africanos têm tido melhores resultados na luta contra os grupos extremistas violentos. Seis das 17 missões lideradas por africanos nos últimos 10 anos foram em resposta ao extremismo islâmico radical. Estas missões em locais como Moçambique, Somália e a Bacia do Lago Chade adoptam uma abordagem musculada e de ritmo elevado às operações de apoio à paz. Isso difere da ONU, que normalmente só está disposta a intervir para fazer cumprir um cessar-fogo ou um acordo de paz assinado.



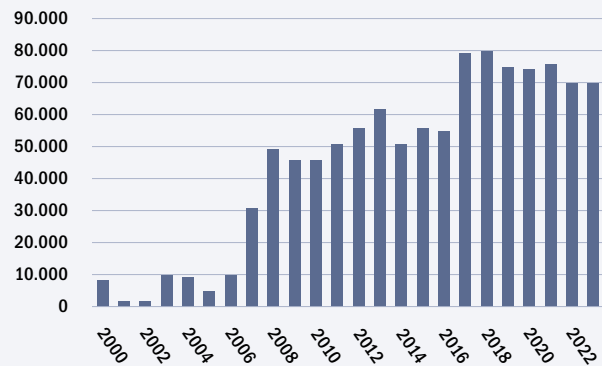
Soldados das Forças de Defesa do Povo do Sudão do Sul preparam-se para ser destacados para a República Democrática do Congo, no âmbito da intervenção da Comunidade da África Oriental na região conturbada. A força já partiu. AFP/GETTY IMAGES

Crescimento das operações de paz lideradas por África, 2000-2023

Número de Operações Activas



Estimativa do Pessoal Autorizado



Fontes: Williams 2013; SIPRI; Relatório do Conselho de Segurança; UA; CEDEAO; Fisher e Willen



Um soldado etíope que serve na Missão de Transição da União Africana na Somália marcha num desfile para assinalar um evento de doação de alimentos em Baidoa. ATMIS

As instituições africanas também mostraram vontade de lançar operações para restaurar a ordem constitucional, como a missão da CEDEAO de 2017 na Gâmbia. Também foram lançadas missões para garantir eleições livres e justas, em resposta a catástrofes naturais ou crises sanitárias, como o surto de Ébola na África Ocidental, e para combater grupos extremistas violentos, como o Exército de Resistência do Senhor.

“Não existe uma operação de paz liderada por africanos que se possa chamar de modelo,” escreveu Allen.

O DESAFIO DO FINANCIAMENTO

Mesmo quando existe a vontade de intervir, o financiamento é um desafio. Muitas missões lideradas por africanos dependem em grande medida do apoio dos doadores.

A única missão recente que se tornou financeiramente auto-sustentável foi a SAMIM, descobriu Tchie na sua investigação. Outras missões necessitaram de apoio para durar mais de 30 dias.

Este facto não é surpreendente, uma vez que a própria UA depende do apoio dos doadores para cerca de 70% do seu orçamento e declarou que mais de 40% dos Estados-membros não pagam as suas quotas anuais. O Fundo da UA para a Paz, criado em 2002 para apoiar as operações, encontra-se sem fundos. Mesmo o objectivo do Fundo para a Paz de 400 milhões de dólares não é suficiente para sustentar missões a longo prazo, dizem os especialistas.

Há algumas razões para optimismo. Em Dezembro de 2023, o Conselho de Segurança da ONU adoptou por unanimidade uma resolução que lhe permitirá considerar a possibilidade de apoiar o orçamento das missões de manutenção da paz lideradas pela UA numa base casuística.

Mas, segundo os observadores, no futuro, estas missões devem ser auto-sustentáveis.

“Ao evitar a dependência de parceiros, as OAP lideradas por africanos podem reduzir os seus custos de transacção, evitar a perda de agência e conceber missões de acordo com os meios financeiros dos organismos e dos Estados-membros que enviam estas operações,” escreveram Tchie e de Coning num artigo para o Journal of International Peacekeeping.

PRIORIZAR A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Embora as missões lideradas por africanos tenham demonstrado capacidade para combater as insurgências e proteger os civis, o processo de construção de uma paz duradoura é, muitas vezes, difícil de alcançar. As missões lideradas por africanos são essencialmente missões militares com objectivos militares.

Embora a maioria das missões da UA seja dirigida por um representante civil do presidente da UA, o seu

Flexíveis e Versáteis

Um dos pontos fortes das intervenções lideradas por africanos é a sua capacidade de adaptação para enfrentar uma variedade de desafios. Nos últimos anos, estas missões têm respondido a situações de agitação eleitoral, surtos de doenças e insurgências violentas. Esta adaptabilidade distingue-as das missões das Nações Unidas, que normalmente são criadas para impor cessar-fogos ou proteger acordos de paz em contextos de pós-guerra. Eis uma amostra de algumas das missões que as instituições africanas empreenderam nos últimos anos:

Missões	Exemplos (data de lançamento)
Aplicação de cessar-fogos ou facilitação de processos de paz	• Missão da UA no Burundi (2003) • Missão da UA no Sudão (2004) • Missão de Observação Militar da UA na República Centro-Africana (2020)
Apoio a eleições ou transições democráticas de poder	• Força Multinacional da Comunidade Económica dos Estados da África Central na República Centro-Africana (2002) • Missões de Segurança e Assistência Eleitoral da UA • Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (2022)
Apoio a governos que enfrentam agitação interna	• Missão da CEDEAO na Gâmbia (2017) • Equipa de Apoio Técnico da União Africana à Gâmbia (2018) • Missão Preventiva da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral no Reino do Lesoto (2017)
Operações de imposição da paz contra insurgentes ou grupos extremistas	• Missão da UA na Somália (2007) • Iniciativa de Cooperação Regional para a Eliminação do Exército de Resistência do Senhor (2011) • Força-Tarefa Conjunta Multinacional (1994, mandato alargado para incluir a luta contra o terrorismo em 2012) • Força Conjunta do G5 no Sahel (2014)
Resposta a crises sanitárias ou pandemias	• Apoio da UA ao Surto de Ébola na África Ocidental (2014) • Apoio da UA ao Surto de Ébola na República Democrática do Congo (2019)

Fonte: Centro de Estudos Estratégicos de África

peçoal é quase exclusivamente militar. As missões dispõem de um pequeno peçoal civil para tratar de questões complexas que estão na origem dos conflitos, tais como assuntos políticos, questões jurídicas, necessidades humanitárias, desarmamento, desmobilização e reintegração e outros assuntos.

Tchie e de Coning acreditam que estas futuras missões terão de dar prioridade a uma resolução política dos conflitos e abordar os factores de instabilidade subjacentes. Para tal, será necessário um maior investimento na componente civil de uma operação de paz. Consideram que devem ser envidados esforços militares para abrir espaço para a negociação. Desta forma, é possível chegar a um acordo político duradouro.

“Se os factores subjacentes não forem resolvidos, o conflito não será resolvido e a violência voltará,” escreveram Tchie e de Coning.

Em muitos países, as missões conseguiram silenciar as armas, para depois assistir a um rápido regresso à violência, porque as partes em conflito não participaram num processo de paz e os factores subjacentes à

violência não foram abordados. A UA dispõe de mecanismos de alerta precoce de conflitos e de mediação para a resolução de litígios, mas os peritos dizem que estes estão subdesenvolvidos.

“Servir um projecto político ou um processo de paz é fundamental para a credibilidade e legitimidade de qualquer OAP liderada por africanos,” escreveram Tchie e de Coning. “Sem um projecto político, não há um estado final sustentável ou uma estratégia de saída.”

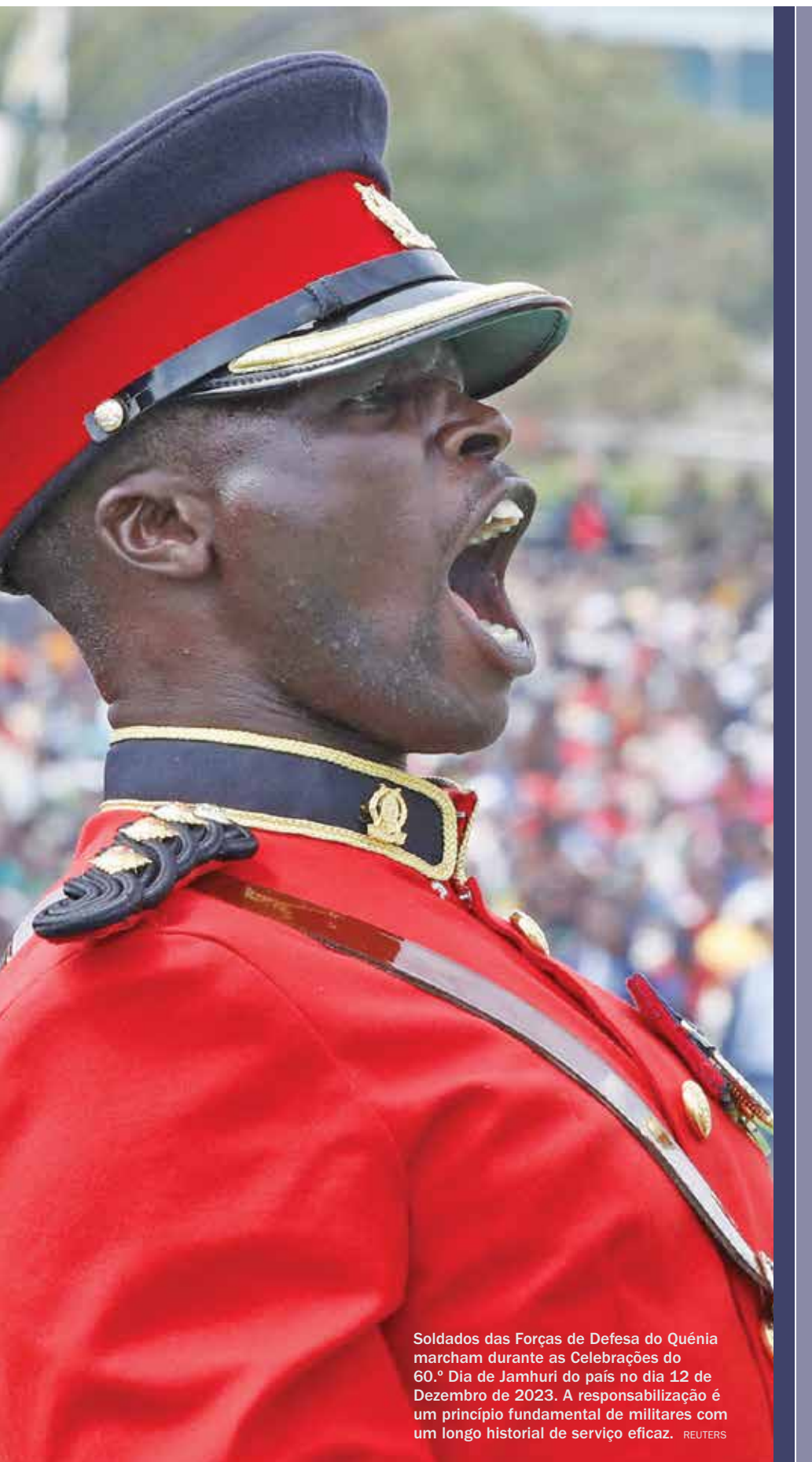
À medida que as missões lideradas por africanos evoluem, a sua capacidade de responder a ameaças complexas terá implicações importantes para a prosperidade e estabilidade do continente.

“Não é exagero argumentar que a paz e a segurança futuras no continente dependem do crescimento e evolução contínuos das modalidades africanas de prevenção e resolução de conflitos,” escreveu Allen. “Para atingir todo o seu potencial, a UA, as CER e os Estados-membros devem reforçar os êxitos e resolver as deficiências das operações de paz lideradas por africanos.” □

RESPONSÁVEIS PERANTE AS PESSOAS QUE SERVEM

MELHORANDO O DESEMPENHO MILITAR ATRAVÉS DO REFORÇO
DOS MECANISMOS DE CONTROLO





Soldados das Forças de Defesa do Quênia marcham durante as Celebrações do 60.º Dia de Jamhuri do país no dia 12 de Dezembro de 2023. A responsabilização é um princípio fundamental de militares com um longo historial de serviço eficaz. REUTERS

EQUIPA DA ADF

Uma operação militar na cidade de Garu, no norte do Gana, deixou um homem morto e dezenas de pessoas hospitalizadas no dia 29 de Outubro de 2023.

A rusga provocou a indignação dos residentes locais e resultou em semanas de cobertura crítica por parte da imprensa. No mês seguinte, o Parlamento do Gana convocou o Ministro da Segurança Nacional para comparecer no hemiciclo e explicar a operação.

Num discurso emocionado, Albert Alalzuuga, o deputado que representa Garu, exigiu respostas.

“Estamos desolados e apelamos ao ministro e ao parlamento para que abram um inquérito em grande escala sobre este caso e dêem a conhecer os factos aos ganeses,” afirmou Alalzuuga. “Esta abordagem militar de bater sempre nas pessoas sem piedade é demasiado frequente no país. ... As forças armadas não foram treinadas para a segurança interna e, por isso, se as utilizarmos para fazer o exercício errado, elas darão os resultados errados.”

O Ministro da Segurança Nacional, Albert Kan Dapaah, disse ao parlamento que a rusga tinha como objectivo retirar as armas de um grupo de jovens que já tinha atacado o pessoal da segurança nacional. Tomou nota de relatos de excessos por parte do pessoal de segurança, mas disse que não podia dar um relato completo do assunto porque este estava a ser tratado pelo sistema judicial. Recordou aos deputados a importância dos esforços de combate ao terrorismo na região, o perigo crescente de conflitos interétnicos e a necessidade de manter o moral das tropas elevado.

“Gostaria de exortar os ilustres membros da Assembleia a exercerem introspecção ao debaterem o assunto,” disse Dapaah.

O caso Garu é apenas um exemplo de como a supervisão e a responsabilização podem funcionar numa democracia. É, muitas vezes, um cabo-de-guerra entre o que o público quer saber e a necessidade de sigilo em questões de segurança nacional.

Por vezes, os profissionais militares têm relutância em responder perante os civis. Noutros casos, a procura de informação pode levar a conversas desconfortáveis e a bloqueios. Mas, segundo os especialistas, quando funciona correctamente, a supervisão produz um sector de segurança mais forte.

“As organizações de segurança devem ser responsáveis perante as instituições legalmente mandatadas para supervisionar as suas actividades,” o Brigadeiro-General Dan Kuwali, comandante do Colégio de Defesa Nacional do Malawi, disse à ADF. “É do interesse dos militares estarem sujeitos a controlo.”

Os países africanos podem concentrar-se em vários pilares da responsabilização e da supervisão.

CAPACITAR AS COMISSÕES PARLAMENTARES

Em muitas democracias, os representantes eleitos desempenham um papel fundamental no controlo das forças armadas. Definem orçamentos, supervisionam a aquisição de equipamento, confirmam os nomeados presidenciais e realizam audições para examinar a actividade militar. No entanto, em alguns países, este controlo do poder tornou-se um carimbo de aprovação. Quase todo o poder está nas mãos do chefe do executivo, que passa por cima do parlamento em algumas das decisões mais importantes do país.

Alguns líderes parlamentares estão a tentar dar força ao papel que lhes foi atribuído pela Constituição.

Bertin Mubonzi, deputado da República Democrática do Congo, faz parte de uma comissão que trabalha para “desmantelar as redes criminosas” que existem no sector da segurança do seu país. A sua equipa está a investigar alegações de desvio de fundos

e de tráfico ilegal de minerais. O trabalho é difícil e, por vezes, perigoso. “Este trabalho importante é também muito sensível porque alguns oficiais habituaram-se, com o tempo, a ajudarem-se a si próprios,” disse ao Centro de Estudos Estratégicos de África (ACSS). “Temos de garantir a nossa própria segurança.”

MUBONZI ACREDITA NO VALOR DO SEU PAPEL.

“O nosso papel é importante porque, ao nível mais básico, não desempenhar o papel soberano que nos cabe como comissão e como parlamento equivaleria a dar carta-branca ao governo,” disse Mubonzi, que é presidente da Rede de Parlamentares Africanos das Comissões de Defesa e Segurança.

Um desafio para a supervisão parlamentar é o facto de muitos países africanos terem uma elevada rotatividade no parlamento. Em cada ciclo eleitoral, 40% a 60% dos membros deixam o cargo, o que resulta em funcionários inexperientes e sem o conhecimento institucional necessário para regular as forças armadas.

O Dr. Ken Opalo, que estuda a questão e lecciona na Escola de Serviço Externo da Universidade de Georgetown, disse que em algumas das legislaturas que funcionam melhor no continente, os funcionários eleitos dedicam tempo a construir relações de confiança com os comandantes militares.

“Os comités que funcionam bem conseguem estabelecer a sua própria relação com os generais para que estes possam compreender a sua posição,” disse Opalo. “Isso exige confiança e um diálogo e envolvimento construtivos, em oposição a posturas de oposição ou de confronto que são frequentemente comuns em muitas legislaturas.”

Kuwali considera igualmente que deve ser feito um esforço para ajudar os deputados a aprofundar os seus conhecimentos sobre questões de segurança, mantendo a sua independência. Salientou que o Colégio de Defesa Nacional do Malawi tem deputados



Deputados do Parlamento do Quênia ouvem as propostas orçamentais do Ministro das Finanças. REUTERS



UMA “RESPONSABILIDADE SOLENE” EXIGE UM CONTROLO ADEQUADO

O Brigadeiro-General Dan Kuwali, da Força de Defesa do Malawi (MDF), desempenhou várias funções, incluindo a de conselheiro jurídico na Missão da ONU na República Democrática do Congo e a de chefe dos serviços jurídicos da MDF. Actualmente, é comandante do Colégio de Defesa Nacional do Malawi. Escreve e lecciona sobre temas relacionados com a governação do sector da segurança, os direitos humanos, o uso da força e o direito humanitário. Esta entrevista foi editada por motivos de espaço e clareza.

ADF: Por que acha que os militares deviam aceitar a responsabilização em vez de resistirem contra ela?

Kuwali: O ponto de partida é que nenhum indivíduo ou instituição está acima da lei. O princípio do controlo democrático das forças armadas exige que o pessoal militar seja responsável perante os funcionários eleitos, que são responsáveis perante os cidadãos. Os casos em que os militares detêm o poder político de jure ou de facto colocam desafios à governação democrática. Do mesmo modo, a interferência política das forças de defesa e segurança torna os mecanismos de supervisão e responsabilização ineficazes. Quando os responsáveis pela defesa e segurança ignoram os ditames constitucionais e, em vez disso, protegem os seus próprios interesses, tornam-se eles próprios uma ameaça para a população que estão mandatados para defender.

ADF: Como é que se pode equilibrar a necessidade de sigilo nas operações militares com o direito do público a saber?

Kuwali: O equilíbrio entre transparência e confidencialidade no sector da segurança é uma das questões mais prementes da governação do sector da segurança. É imperativo que o sector da defesa e da segurança tenha agentes de informação pública e pessoal de relações públicas bem formados que possam ajudar a encontrar esse delicado equilíbrio. A transparência é um princípio fundamental da governação responsável. Um sector de segurança opaco cria um ambiente propício a abusos e a comportamentos pouco profissionais. Sem informação sobre a formulação e implementação de leis, políticas, planos e orçamentos, é impossível responsabilizar os militares.

No entanto, a confidencialidade é necessária para questões sensíveis de segurança do Estado.

As dificuldades surgem quando a necessidade de confidencialidade é utilizada para escapar ao controlo dos órgãos de gestão e de supervisão adequados ou dos cidadãos. A experiência tem demonstrado que, ao desenvolver relações de confiança com os órgãos legislativos e outros órgãos de controlo, as organizações de segurança podem manter um elevado grau de confidencialidade em assuntos sensíveis sem comprometer o princípio da responsabilidade pública. Como caminho a seguir, a minha sugestão é que o padrão deveria ser fornecer informações ao público. Quando não for possível, devem ser apresentadas as razões para a não divulgação, sob reserva de revisão e determinação por um tribunal ou autoridade competente.

ADF: O que deve ser feito para reforçar o papel de controlo do Parlamento?

Kuwali: Uma governação eficaz do sector da segurança exige um sistema de controlos e equilíbrios em que legislaturas dinâmicas e sistemas judiciais independentes assegurem a supervisão necessária para responsabilizar os militares perante os cidadãos.

Isso ajuda a garantir que a responsabilidade solene dos actores da segurança de portar armas seja utilizada no interesse da sociedade. Com mandatos que incluem o controlo orçamental, a aprovação de destacamentos de tropas, a aquisição de equipamento, a política de segurança e as questões de pessoal, as comissões parlamentares de supervisão necessitam de pessoal com conhecimentos técnicos e experiência para ajudar os funcionários eleitos

a desempenharem as suas funções de forma significativa. O desenvolvimento de competências parlamentares em matéria de segurança ajuda a criar confiança junto dos seus homólogos do sector da segurança e desempenha um papel importante na receptividade das suas conclusões.

ADF: Considera que é necessária uma mudança cultural no seio das forças armadas no que diz respeito à supervisão? Será que os soldados podem deixar de ver a supervisão como um fardo e passar a vê-la como uma forma de melhorar o profissionalismo e como algo que conduz a melhores resultados em termos de segurança?

Kuwali: Embora a maioria das constituições democráticas preveja a subordinação das organizações de segurança ao controlo civil, tanto as autoridades militares como as civis nem sempre compreendem a extensão e os limites desse controlo. O controlo civil das forças armadas não é igual ao comando e controlo directo das tropas. Em vez disso, o controlo civil refere-se ao processo através do qual os civis eleitos definem a direcção estratégica relativa à utilização do sector da segurança e estes líderes civis são responsabilizados pelo povo. Por conseguinte, é necessária uma mudança cultural em ambos os sentidos. Uma rápida pesquisa mostra que a governação do sector da segurança não faz parte do currículo da maioria dos cursos militares profissionais. É por isso que nós, no Colégio de Defesa Nacional do Malawi, introduzimos deliberadamente um curso sobre Governação do Sector da Segurança e Estado de Direito para garantir que os militares compreendam a razão de ser e cumpram a supervisão democrática das forças armadas.



e juízes no seu corpo docente para apoiar este intercâmbio de informações.

“As Comissões de Supervisão Parlamentar necessitam de pessoal com conhecimentos técnicos e experiência para ajudar os funcionários eleitos a desempenharem as suas funções de forma significativa,” afirmou Kuwali. “O desenvolvimento de competências parlamentares em matéria de segurança ajuda a criar confiança com os seus homólogos do sector da segurança e desempenha um papel importante na receptividade das suas conclusões.”

PRIORIZAR A TRANSPARÊNCIA

O controlo só é possível quando os civis têm acesso a informações sobre o funcionamento das forças armadas. No entanto, os líderes da defesa exigem frequentemente sigilo sobre o seu trabalho e bloqueiam o acesso à informação.

“A ‘segurança nacional’ é frequentemente utilizada

de forma incorrecta como uma consideração que tudo domina,” escreveu Godfrey Musila, investigador e antigo comissário da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos no Sudão do Sul. “Uma vez invocado, levanta um véu que impede qualquer tipo de escrutínio do que o governo faz.”

Este secretismo vai para além das questões operacionais e inclui os orçamentos. Kuwali constatou que dos 45 países africanos que publicam um orçamento militar, 28 não forneceram uma lista completa das despesas. Isso torna quase impossível para o público saber como o dinheiro está a ser gasto. Também permite que a corrupção prospere.

“É aí que algumas forças armadas se enganam,” disse Kuwali. “Quanto mais transparentes forem as forças armadas, mais apoio orçamental poderão obter, uma vez que essas acções reforçam a confiança dos deputados e dos funcionários públicos que atribuem fundos no orçamento. É certo que as forças



Na Nigéria, lêem-se notícias sobre uma operação do exército para resgatar reféns. Os meios de comunicação desempenham um papel importante na responsabilização dos militares e na prestação de informações exactas ao público. REUTERS

armadas não precisam de revelar os pormenores exactos das aquisições, sob pena de comprometerem a segurança nacional. No entanto, têm de fornecer informações suficientes sobre as suas despesas.”

Há algumas razões para optimismo. Desde o ano 2000, 19 países africanos adoptaram legislação que reforça o acesso à informação. Em 2012, a Comissão da União Africana para os Direitos Humanos e os Direitos dos Povos desenvolveu um modelo de lei que descreve como a transparência pode ser codificada.

Um relatório de 2018 do Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo (SIPRI) avaliou 47 países africanos e descobriu que 45 deles tinham publicado pelo menos um documento orçamental oficial online. Este facto representa uma melhoria em relação a estudos anteriores.

“Os cidadãos de todo o mundo devem saber onde e como é gasto o dinheiro público. É encorajador que os relatórios nacionais na África Subsariana tenham melhorado,” o Dr. Nan Tian, investigador do Programa de Transferências de Armas e Despesas Militares do SIPRI, disse num comunicado de imprensa que acompanha o relatório.

REFORÇAR O CONTROLO INTERNO

Muitas forças armadas com bom desempenho criaram gabinetes de supervisão para investigar e apresentar relatórios sobre questões relacionadas com disciplina, eficiência, moral, formação e prontidão das forças armadas. Este gabinete, normalmente designado por inspector-geral, está integrado na cadeia de comando militar e responde perante o chefe do ramo de serviço ou o ministro da defesa.

Como mecanismo de supervisão interna, espera-se que o inspector-geral actue como “olhos, ouvidos, voz e consciência” dos comandantes, permitindo-lhes rectificar os problemas antes que estes se espalhem. Idealmente, o

inspector-geral apoia o trabalho de organismos externos como o Parlamento para melhorar o desempenho.

“Os mecanismos de responsabilização interna e externa reforçam-se mutuamente,” afirmou Kuwali. “Esta supervisão a vários níveis proporciona linhas de defesa para melhorar a supervisão do sector da segurança. À medida que um maior número de indivíduos e instituições supervisiona a segurança, podem ser reforçadas as normas de elevados padrões de profissionalismo e integridade financeira.”

A Força Nacional de Defesa da África do Sul (SANDF) foi um pouco mais longe. Em 2012, o parlamento do país criou o Provedor de Justiça Militar, que funciona de forma independente e fora da cadeia de comando.

Este gabinete responde a queixas apresentadas por membros actuais e passados da SANDF e investiga queixas ou alegações de mau comportamento feitas pelo público contra a SANDF. Nos seus primeiros oito anos, o Provedor respondeu a 2.752 queixas, tendo resolvido 95% das mesmas.

Na cerimónia de 2019 que assinalou o fim do mandato do Provedor de Justiça Themba Templeton Matanzima, o tenente-general reformado avisou o seu sucessor que “não terá muitos amigos agora nas forças armadas,” mas sublinhou a importância da responsabilização.

“Quando há algo de errado, as forças armadas devem corrigir isso com sanções, com punições,” disse Matanzima. “Não se trata de baixar os padrões de disciplina; trata-se de direitos humanos.”

ABRIR-SE À SOCIEDADE CIVIL E AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Embora não façam parte do processo de controlo formal, as organizações não-governamentais, os grupos de defesa dos direitos humanos, os meios de comunicação e as organizações da sociedade civil desempenham um papel importante. Investigam e amplificam histórias que requebrem atenção militar. Muitos casos de desvio de fundos ou de abuso no continente foram descobertos por repórteres ou defensores de direitos humanos.

Outras instituições, incluindo as comissões de direitos humanos e as comissões anticorrupção financiadas pelo governo, fazem parte do que se designa por “responsabilização horizontal.” Estes grupos estão mandatados para monitorizar, documentar e fazer recomendações sobre os abusos.

Num webinar organizado pelo ACSS, Abdul Tejan-Cole, antigo comissário da Comissão Anticorrupção da Serra Leoa, sublinhou a necessidade de organizações de vigilância independentes.

“Os mecanismos de responsabilização e de controlo são, de facto, a base das sociedades democráticas e são cruciais para reforçar o Estado de direito,” afirmou Tejan-Cole. “Ninguém está acima da lei. A polícia precisa de ser policiada, e o próprio exército precisa de ser policiado. Têm de ser responsabilizados perante as comunidades e as pessoas que servem.” □

'O HOMEM VOARÁ PARA SEMPRE'



O então Brigadeiro-General John Mugaravai Omenda visita a Base Operacional Avançada de Mombaça, onde avaliou as capacidades operacionais daquela região costeira. FORÇA AÉREA DO QUÊNIA



Uma conversa com o Tenente-General John M. Omenda, Vice-Chefe das Forças de Defesa do Quênia

EQUIPA DA ADF

O Tenente-General John Mugaravai Omenda foi nomeado vice-chefe das Forças de Defesa do Quênia em Maio de 2024. Antes disso, trabalhou três anos como Comandante da Força Aérea do Quênia. Entrou para a Força Aérea do Quênia em 1991 e foi promovido a 2º Tenente em 1992. Formou-se como piloto de caça e também recebeu formação em inteligência, segurança e segurança de voo. É licenciado pelo Defence Staff College do Quênia e pelo Royal College of Defence Studies do Reino Unido. Possui um diploma em Estudos Estratégicos pela Universidade de Nairobi, um bacharelato

em Estudos de Paz e Conflitos pela Universidade Nazarena e um mestrado em Segurança e Estratégia Internacional pelo King's College, Londres.

As suas missões incluem o serviço como comandante da Base Aérea de Laikipia e como vice-comandante da força aérea. Também serviu na Missão das Nações Unidas na Libéria de 2006 a 2007. Falou à ADF em Tunis, Tunísia, durante o Simpósio dos Chefes das Forças Aéreas Africanas de 2024. A entrevista foi editada por questões de espaço e clareza.

ADF: Como é que chegou a fazer carreira no exército?

Omenda: Desejei-o desde a infância. Eu ficava fascinado com os aviões que voavam por toda a nossa área local para a área de treino. Estudei na nossa cidade local chamada Kakamega, na parte ocidental do país, e depois fui para Nairobi para fazer o ensino secundário. Imediatamente após o ensino secundário, não resisti ao exército porque estava pronto para me alistar. Toda a minha carreira foi no exército. O exército encarrega-se de lhe dar a formação necessária para atingir o estado correcto.

ADF: Quais são as necessidades mais prementes da vossa força aérea neste momento?

Omenda: Recursos humanos. E, claro, o dinheiro é sempre um problema. Operar uma força aérea não é uma coisa barata; a maioria dos países considera isso muito difícil. Tem de haver um equilíbrio entre a segurança e outras necessidades prementes como a saúde, a agricultura, a educação, etc. As necessidades básicas do país estão a rivalizar com o orçamento de apoio às operações militares. A operação de uma força aérea é bastante dispendiosa.

ADF: Os drones são uma tecnologia emergente para muitas forças armadas. Qual é o plano da vossa força aérea para a utilização de drones?



Omenda, ao centro, posa com outros participantes no Simpósio dos Chefes das Forças Aéreas Africanas de 2024 em Túnis, na Tunísia. EQUIPA DA ADF

Omenda: Sim, os drones estão na moda. Mas lembrem-se que os drones têm um objectivo. Cada força aérea faz a sua própria aquisição de equipamento, em função das necessidades específicas da região. Para nós, são importantes, sim, mas não tão importantes como noutras regiões. Temos alguns, estamos a adquirir outros, mas são ditados pelas necessidades que temos.



Omenda faz a abertura de um seminário sobre defesa aérea em 2024 na base aérea de Laikipia, em Nanyuki.

FORÇA AÉREA DO QUÊNIA

ADF: Está a utilizá-los para vigilância?

Omenda: Principalmente a vigilância, pois são eficazes em termos de custos, são fáceis de operar, são mais baratos e, por conseguinte, acrescentam muito valor. No entanto, é necessário complementá-los com outros equipamentos para poder atingir o objectivo militar desejado. Ainda assim, poupam bastante, em vez de utilizarmos os verdadeiros aviões tripulados, que são bastante caros.

O custo inicial pode ser elevado, mas o custo de manutenção é suportável e, por isso, o aparelho funciona durante muito tempo e é utilizado durante mais tempo. A longo prazo, é uma opção mais barata do que uma plataforma tripulada, porque uma plataforma tripulada requer um ser humano. É preciso formar o piloto, é preciso formar o técnico, abastecê-lo, pô-lo a voar, fazer a manutenção. A longo prazo, um activo tripulado é bastante dispendioso.

ADF: Prevê que a utilização de drones continue a crescer?

Omenda: Não se pode substituir as plataformas tripuladas por drones. Vão complementar-se para sempre. Não estou a ver uma situação ou uma altura em que as plataformas tripuladas desapareçam. Não será possível. O homem voará para sempre. Não se pode tirar isso.

ADF: Muitas das forças aéreas africanas têm uma variedade de aviões, mas apenas um ou dois de uma plataforma específica. Terão 20 aviões, mas oito ou nove plataformas diferentes. Isso pode complicar a manutenção e a formação. Isso é um problema para a vossa força aérea?

Omenda: Tem razão. Quanto maior for a variedade, mais cara será a sua manutenção. Um determinado tipo de aeronave requer um determinado equipamento especial para a sua manutenção. Se tiver uma grande variedade,

manter um determinado tipo, por exemplo, rotativos de tipo semelhante, jactos de tipo semelhante e hélices de tipo semelhante, então reduz-se a variedade, o que, a longo prazo, é controlável.

ADF: Os aviões de transporte militar estão a tornar-se particularmente críticos em áreas como a assistência humanitária. Sente-se confortável com a dimensão da sua frota de transportes?

Omenda: Não, ninguém tem o suficiente. Sonhamos sempre com grandes frotas, mas, sabe, todas elas são ditadas pelos seus custos de funcionamento e manutenção. Não tenho o suficiente, de certeza. Não tenho tripulação suficiente, não tenho engenheiros e técnicos suficientes. Mas, pelo menos, estamos a manter o que temos e esperamos que, no futuro, consigamos aumentar a escala e obter os números adequados.

ADF: É difícil falar das forças armadas africanas sem mencionar o efeito que o terrorismo está a ter. O Quênia teve de lidar com incidentes terroristas no ano passado. Que papel desempenha a força aérea na luta contra este problema?

Omenda: Os exércitos e as forças aéreas profissionais são treinados para conduzir uma guerra convencional. O terrorismo não é uma guerra convencional; é uma guerra assimétrica. Tendemos a basear-nos nas regras da guerra em conflitos armados, no direito humanitário internacional, etc. O terrorismo não obedece a essas regras, pelo que constitui um desafio, especialmente para as forças aéreas. A força aérea e o tipo de equipamento de que dispomos e não estamos preparados para combater o terrorismo. Mas estamos a aprender rapidamente e estamos a conseguir reduzir o impacto do terrorismo.

Mas deixem-me dizer-vos uma coisa: o terrorismo não pode ser travado através da cinética — não pode ser travado apenas pela guerra. O terrorismo manifesta-se devido a problemas sociais e, se é preciso ganhar uma guerra, é preciso identificar os problemas. Por ser um problema social, o terrorismo deve ser abordado socialmente e complementado pelo uso da cinética para reduzir os seus efeitos. Não se trata apenas de cinética, do uso da força. É preciso que todos participem e que o mundo se una, porque isso ultrapassa todas as fronteiras. Não está localizado. É importante que cooperemos contra o terrorismo, mas trata-se de uma questão social que tem de ser abordada.

ADF: Fala-se sempre de parcerias entre países vizinhos para combater o terrorismo e resolver outros problemas. Como vêem a vossa relação com as forças aéreas dos vossos países vizinhos?

Omenda: Temos, de facto, uma relação forte. Temos organismos regionais que subscrevemos, por exemplo, a Comunidade da África Oriental. E temos a Força Regional da Comunidade da África Oriental, EACRF, que foi destacada para o leste da República Democrática do Congo. Colaboramos em muitas frentes, partilhamos recursos e isso está a funcionar para nós. No entanto, outras necessidades nacionais dificultam um pouco a obtenção de um efeito de tipo contínuo.

ADF: O senhor sublinhou que, por maiores que sejam as suas necessidades, o bem-estar humano tem de estar à frente do militar.

Omenda: Sim, mas não se pode prescindir do poder militar. Somos seres humanos sociais que fazem nações. E as nações têm necessidades, e as nações não são auto-suficientes. A falta de militares pode expor-nos. Se alguma nação desonesta precisar de algo que vocês têm, passará por cima de vocês, e isso não pode acontecer. Não há nenhuma nação que possa passar sem uma força militar. É uma questão social, é uma necessidade e, por isso, vão ficar para sempre. Desde tempos imemoriais, temos até forças de segurança locais que guardam a sua própria localidade e os seus recursos contra a invasão, a invasão de outros seres humanos. É impensável estar sem algum tipo de defesa. Ficaremos vulneráveis e perderemos tudo.

ADF: Os oficiais presentes no Simpósio dos Chefes das Forças Aéreas Africanas de 2024, na Tunísia, sublinharam a necessidade de mais formação e de um melhor tratamento do pessoal feminino. Como pensa que o Quénia se está a sair nestes aspectos?

Omenda: Estamos a ir muito bem. Lembre-se que o Quénia é diferente. No que diz respeito às mulheres uniformizadas, temos um caso peculiar. Desde o início, tivemos militares do sexo feminino. As Forças de Defesa do Quénia foram formadas com mulheres a bordo. Tratava-se de

uma unidade especializada que servia uma necessidade específica e estava especificamente ligada ao exército. Mas estavam em todos os serviços, na marinha, na força aérea, sempre que eram necessárias.

No entanto, em 2002, houve uma mudança de política no sentido de as distribuir pelos serviços e usar uniformes militares. Foram dissolvidas e distribuídas em determinados ramos. Actualmente, cada serviço recruta o seu próprio pessoal feminino em função das necessidades, porque o exército é um serviço especializado. No Quénia, não trabalhamos por percentagens, mas damos boas oportunidades às mulheres, especialmente quando têm um bom desempenho. E temos visto resultados tremendos nisso. Os números falam por si. Actualmente, são bastante elevados para os padrões africanos.



Omenda disse que a Força Aérea do Quénia está a aprender rapidamente a reduzir os “impactos do terrorismo.” FORÇA AÉREA DO QUÉNIA

ADF: Algumas missões de manutenção da paz das Nações Unidas têm tido dificuldades ultimamente em África. Tem alguma opinião sobre o futuro das missões de manutenção da paz em África?

Omenda: As missões de manutenção da paz estarão sempre presentes porque a paz e a segurança são parte integrante das necessidades humanas. Enquanto houver conflitos, haverá necessidade de missões de manutenção da paz e, por conseguinte, as resoluções continuarão a ser aprovadas pela ONU para que haja missões de manutenção da paz em qualquer zona de conflito. No entanto, a cláusula que diz que o país deve estar disposto a aceitar a missão é o elo mais fraco. Prevejo um caso em que a comunidade internacional pode forçar uma missão de manutenção da paz numa região, se necessário. Se isso afectar a região e o mundo, então terá de ser tomada uma decisão. O futuro da manutenção da paz continua a existir e, na minha opinião, continua a ser necessário, enquanto houver conflitos. □

INFLUÊNCIA

numa

ESCALA INDUSTRIAL

EQUIPA DA ADF



ILUSTRAÇÃO DA ADF

O Ensino Militar Profissional em África é Apenas uma Engrenagem na Máquina da China Para Construir uma Nova Ordem Mundial

A Escola de Liderança Mwalimu Julius Nyerere, em Kibaha, na Tanzânia, parece-se com qualquer instituição de ensino superior vista de fora. O seu campus brilha com novidade e incorpora o espírito dos seis principais movimentos de libertação da África Austral, que participaram na sua criação.

No entanto, uma vez dentro das salas de aula, é oferecido um tipo de instrução muito particular e intencional, embebido na doutrina política chinesa e destinado a “fazer proselitismo e a partilhar metodicamente” o modelo de governação do Partido Comunista Chinês (PCC) para criar influência e ganhar aliados no continente, de acordo com Paul Nantulya, investigador associado e especialista sobre China, do Centro de Estudos Estratégicos de África (ACSS).

A escola tem o nome do primeiro Primeiro-Ministro da Tanzânia e antigo presidente por cinco mandatos. O seu partido e outros cinco da região co-fundaram a escola. Esses partidos continuam a governar Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia e Zimbábue. Em conjunto, as seis nações fazem parte dos Antigos Movimentos de Libertação da África Austral.

A escola começou com a ajuda do Departamento de Ligação Internacional do PCC, que concedeu um subsídio de 40 milhões de dólares para a sua construção, escreveu Nantulya para o ACSS. Funcionários políticos chineses de Pequim leccionam neste estabelecimento de ensino.



Funcionários políticos de Pequim deram aulas na Escola de Liderança Mwalimu Julius Nyerere em Kibaha, na Tanzânia. MJNLS

Através da escola Nyerere e de outras na China, o Exército de Libertação Popular (ELP) e o PCC estão a tentar captar os corações e as mentes dos militares africanos para ajudar a inclinar a ordem global para a China. O ensino militar profissional (EMP) é apenas uma parte dos esforços da China para externalizar o seu modelo de “partido-exército” e garantir apoio militar e político em todo o continente.

“O que a China quer alcançar, mais do que qualquer outra coisa, é uma base consistente, fiável e solidária,” disse Nantulya à ADF. Esta base formaria uma “fundação de círculos eleitorais de apoio que pode explorar, recrutar como e quando necessário para alcançar os objectivos políticos estabelecidos pelo PCC.”

UM OLHAR SOBRE O EMP CHINÊS

A China sempre abordou o envolvimento em África através de meios políticos e não através de demonstrações de empenho e poder militar, escreveu Nantulya para o Instituto da Paz dos Estados Unidos (USIP) em 2023. Este facto contrasta com a antiga União Soviética e Cuba. A primeira tinha seis bases em África e fornecia soldados, conselheiros e armas pesadas. Cuba enviou dezenas de milhares de tropas para Angola e chegou mesmo a participar em combates.

A China preferiu uma pegada mais leve. Começando na Argélia em 1963, a China enviou anualmente equipas médicas para África. Cada equipa era composta por 25 a 100 membros civis e militares que serviam dois ou três anos de cada vez, escreveu Nantulya. Durante a Guerra Fria e depois dela, cerca de 40 equipas médicas deste tipo operavam em África a qualquer altura.

Ainda assim, o envolvimento africano mais predominante da China nos últimos 20 anos é no EMP, escreveu Nantulya. A maior parte dos compromissos tem lugar na China, num de três tipos de escolas:

1. Instituições académicas e de comando de nível intermédio, tais como os colégios de comando ligados aos ramos de serviço do ELP.

2. Escolas profissionais académicas especializadas, como as universidades médicas do ELP, o centro de formação para a manutenção da paz da China e o seu centro de formação para a manutenção da paz da polícia.
3. Escolas de nível estratégico, como a Universidade de Defesa Nacional do ELP e as suas componentes.

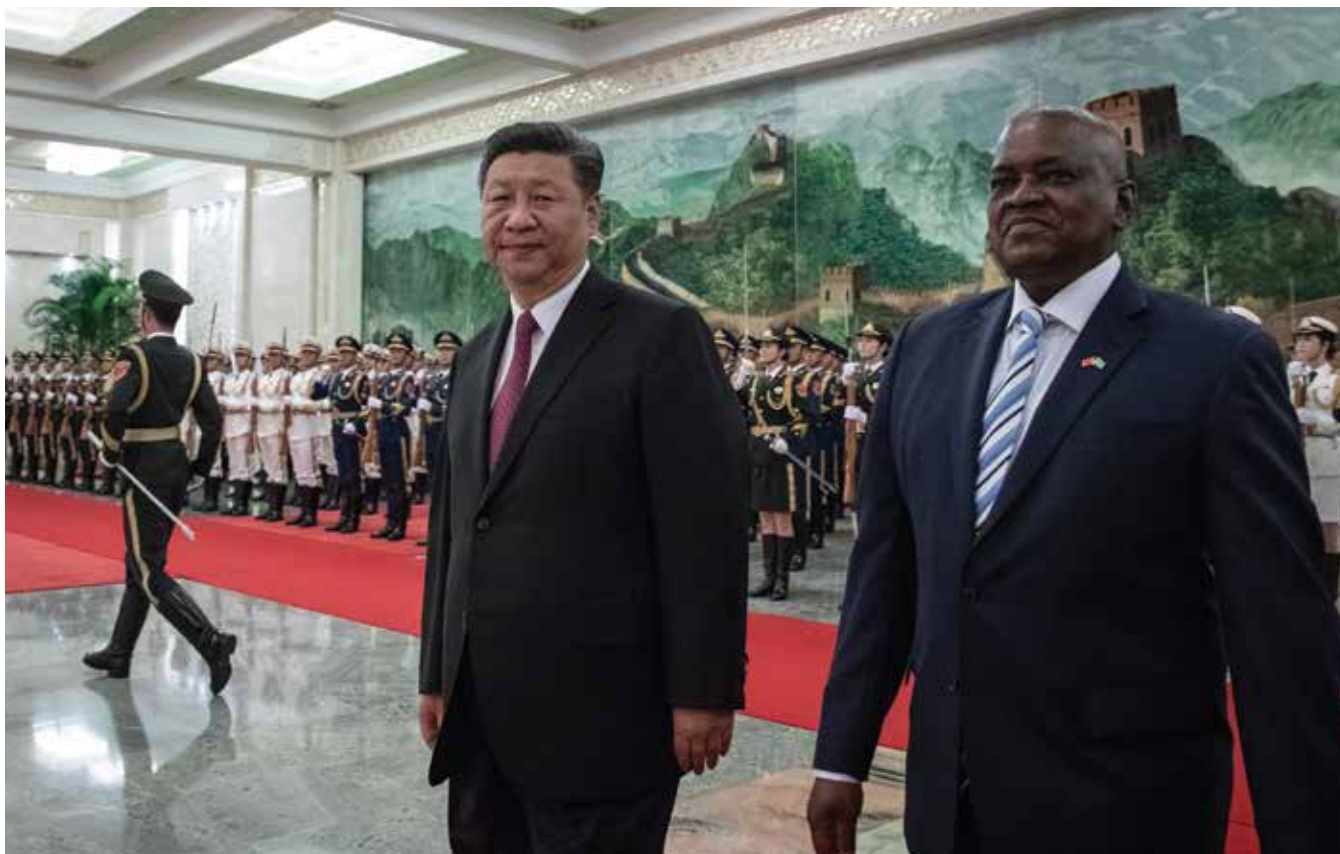
Pelo menos 50 países africanos participam regularmente no EMP chinês — quase 93% de todos os países do continente. Antes da pandemia da COVID-19, o ELP estava a formar cerca de 2.000 oficiais militares africanos por ano em academias militares e políticas, escreveu Nantulya para o ACSS.

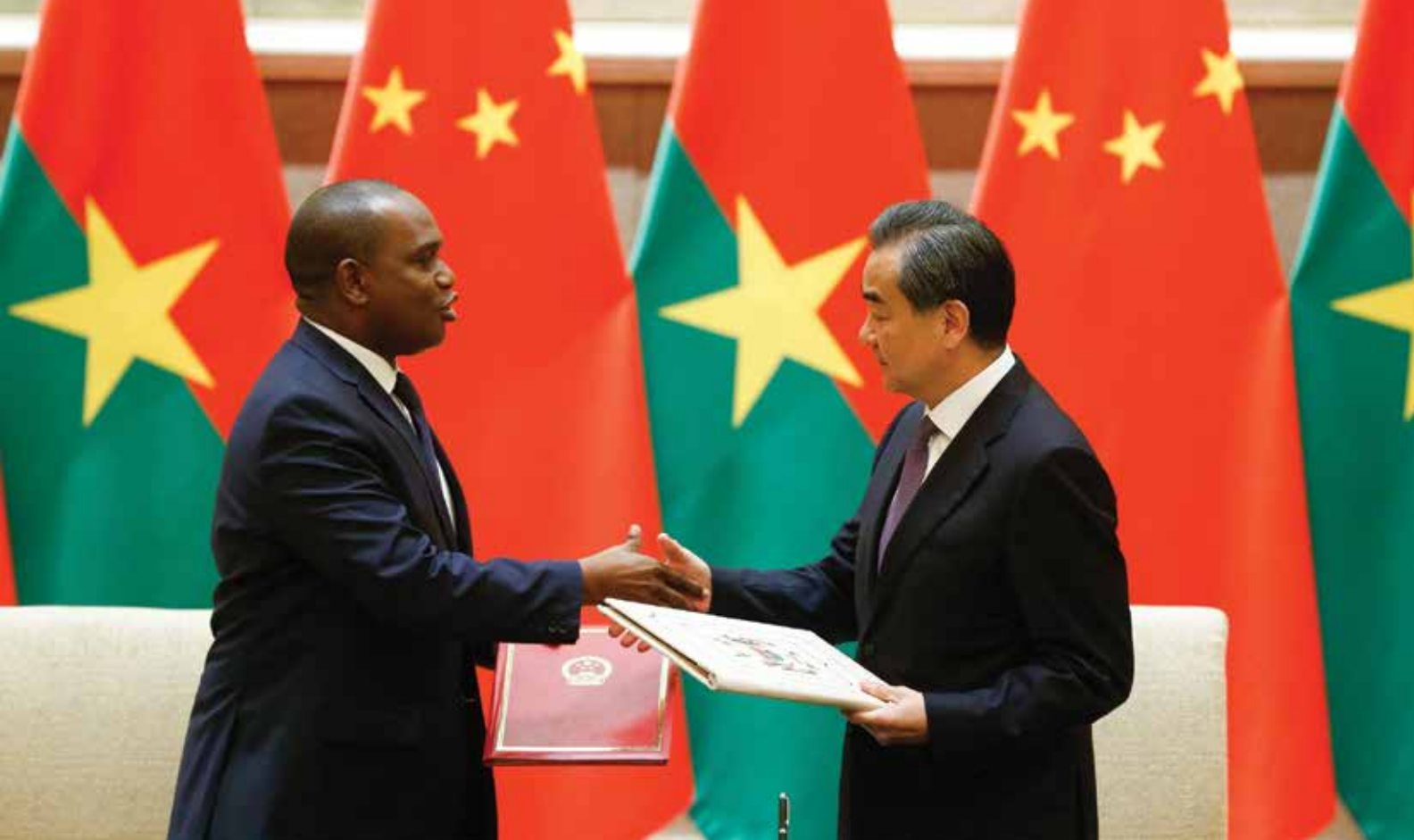
O EMP chinês é visivelmente diferente do ensino ocidental. Nas escolas militares dos EUA e de outros países ocidentais, os facilitadores das aulas orientam os debates entre os alunos e incentivam-nos a questionar as coisas e a utilizar o pensamento crítico para melhorar a sua aprendizagem. Eles não são um “provedor da palavra,” disse Nantulya. De facto, disse, alguns oficiais africanos não estão habituados a essa liberdade de crítica e procuram garantias de que isso é aceitável.

Nas escolas chinesas de EMP, os alunos não estão autorizados a questionar ou a criticar o sistema chinês.

O Presidente da China, Xi Jinping, que é presidente da Comissão Militar Central do PCC, observou que “o ELP estava lentamente a desenvolver uma identidade própria fora do PCC e tinha de ser posto na linha,” escreveu Nantulya para o USIP. Em Novembro de 2014,

.....
O Presidente da China, Xi Jinping, e o Presidente do Botswana, Mokgweetsi Masisi, passam em revista a guarda de honra do Exército de Libertação Popular em Pequim. GETTY IMAGES





na Conferência de Trabalho Político de Todo o Exército, Xi assinalou 10 problemas relacionados com a ideologia, a lealdade ao partido e a disciplina, e emitiu novas regras para “revitalizar o compromisso ideológico do ELP com a liderança do partido, que estabelece a orientação básica para o EMP chinês,” escreveu Nantulya.

Nas aulas para oficiais de alta patente, os estudantes africanos são separados do pessoal chinês. Os oficiais africanos e chineses aprenderão o mesmo material, mas fá-lo-ão em campus separados, presumivelmente para evitar expor o pessoal chinês a ideias indesejáveis. “Os oficiais africanos também dizem que a qualidade dos programas a este nível é inferior à dos Estados Unidos e do Reino Unido em questões internacionais, análise crítica e estratégia de segurança nacional,” escreveu Nantulya para o ACSS. “Nas escolas americanas, os estudantes africanos trabalham com os seus colegas americanos e podem criticar os seus professores e desenvolver as suas próprias perspectivas. Isso não é possível no contexto chinês.”

“Não se pode comparar o que eu fiz aqui com o que os meus colegas fizeram na PLA NDU,” um antigo estudante africano da Escola de Guerra do Exército dos EUA disse a Nantulya.

MODELO MILITAR DA CHINA

O exército chinês difere das forças ocidentais pelo facto de ser um “exército-partido” e não um exército nacional. Isso significa que o ELP é um braço do PCC, não do país. Outras forças armadas, incluindo muitas em África, estão sujeitas ao controlo civil e às constituições nacionais. Estas

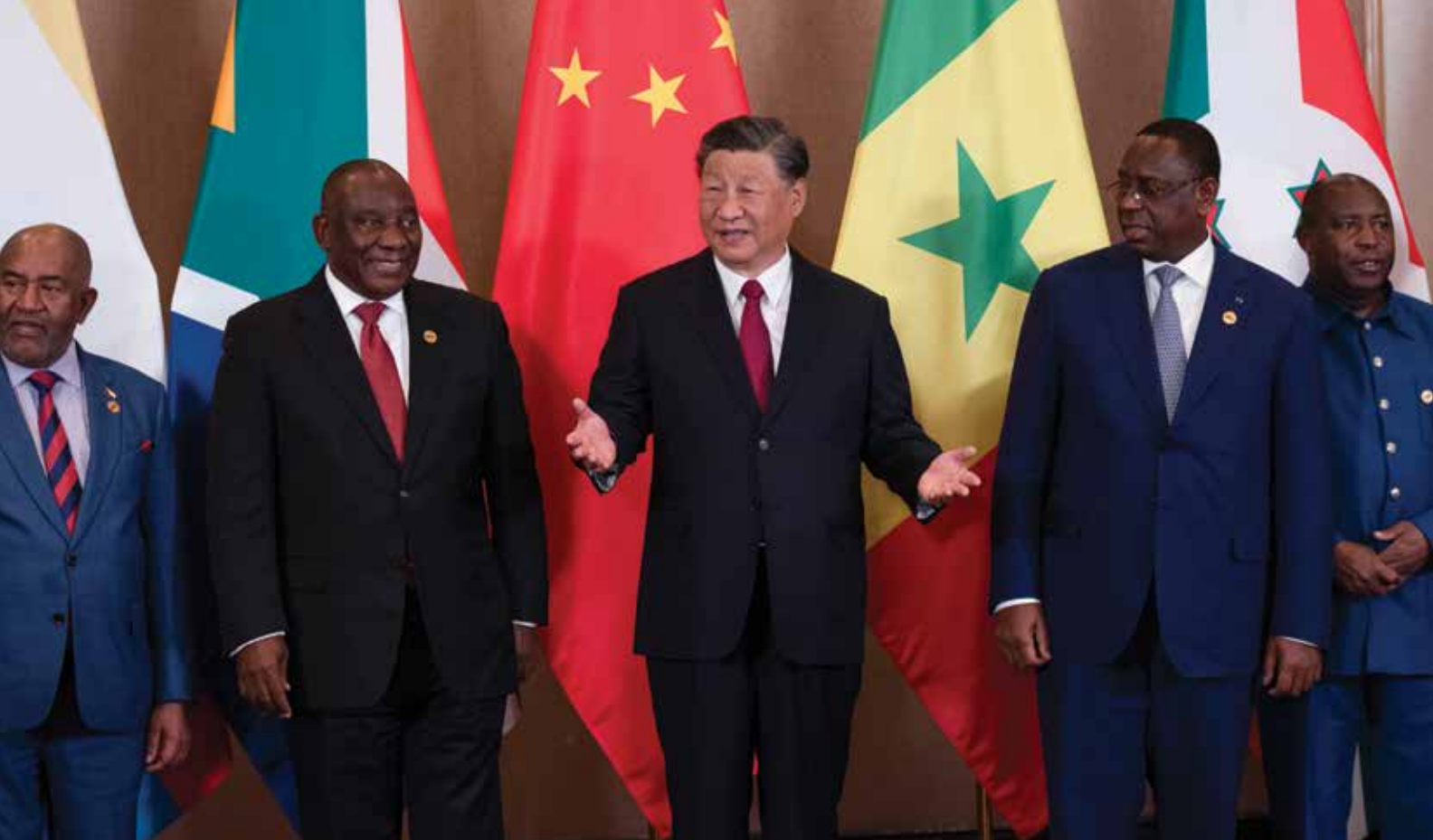
O então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Burquina Faso, Alpha Barry, à esquerda, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, apertam as mãos após a assinatura de um acordo que estabelece relações diplomáticas, em Maio de 2018. AFP/GETTY IMAGES

forças armadas desencorajam a participação dos seus membros na política partidária, considerando-a inconsistente com os valores democráticos e com as relações civis-militares correctas.

Os funcionários políticos da Comissão Militar Central lideram sempre os compromissos do ELP com os países africanos. A comissão é equiparada a departamentos que se ocupam da formação, da logística e de outras questões.

A política será sempre a ponta da lança quando a China se envolver com um país africano. Os comissários políticos estarão na linha da frente de qualquer esforço, quer se trate de negociar a venda de equipamento militar, de formação ou do EMP. A isto chama-se “trabalho político militar,” disse Nantulya. “O trabalho do exército-partido, a orientação do exército-partido, o modelo do exército-partido — tudo isso é filtrado em tudo o que o ELP faz quando interage com os outros.”

A China vê a herança de libertação da África Austral como um terreno fértil para a disseminação da sua filosofia de partido-exército. O Zimbabwe já é conhecido por ter utilizado os seus militares ao serviço do seu partido no poder. Em 2017, o antigo Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, cooptou uma citação de Mao Zedong quando disse que “a política deve sempre conduzir a arma e não a política a arma.”



O Presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, segundo a partir da esquerda, e Xi, ao centro, participam no Diálogo de Mesa Redonda de Líderes China-África em Joanesburgo em 2023. THE ASSOCIATED PRESS

.....

O EMP chinês, que consiste frequentemente em instrução em sala de aula e formação normal no terreno, promove os princípios do exército-partido e influencia o pessoal africano de várias formas. Os participantes africanos aprenderão sobre o combate conjunto, a organização das tropas, a utilização da artilharia e outras táticas, mas essa instrução será subordinada ao contexto político e conduzida por oficiais do ELP mergulhados na formação e doutrinação políticas, disse Nantulya.

Por outro lado, muitas forças armadas com bom desempenho utilizam modelos de formação que sublinham a necessidade de os militares se manterem apolíticos e leais à Constituição do país e não a um partido político.

O modelo chinês pode corroer os princípios democráticos e as relações civis-militares adequadas, embora o processo possa ser subtil e lento. As delegações africanas verão a dinâmica política de frente sempre que interagirem com o ELP. Esse resultado seria provável em países onde existe um “legado de comportamentos latentes que atribuem aos militares um papel político-partidário,” disse Nantulya. A abordagem da China dá uma aprovação tácita a essas tendências. Esta abordagem é sublinhada pelos países a que o ELP dá prioridade, como a Eritreia e o Zimbábue.

O OBJECTIVO FINAL DA CHINA

Não é nenhum mistério o facto de a China ter dado prioridade à África Austral para a localização da sua única instituição de EMP no continente. Mas a China tem ambições para além dessa região. De facto, a China estabeleceu relações através de EMP e de formação em todo o continente. Mesmo os países que não partilham a herança revolucionária da China são atraídos pelo seu EMP apenas pela sua acessibilidade. Uma coisa que a China oferece que muitos países ocidentais não conseguem igualar é a escala. A China limita-se a oferecer mais vagas nas salas de aula para serem preenchidas pelo pessoal africano.

Um oficial de formação africano disse a Nantulya que está sob pressão para formar o maior número possível de soldados em cinco anos para melhorar os padrões e reformar as forças armadas. De facto, o oficial disse que, por vezes, tem dificuldade em preencher as vagas disponibilizadas pela China, porque não tem meios para enviar tantos recursos humanos para o estrangeiro de uma só vez.

A China explora essa escala treinando o maior número possível de africanos, por vezes, envolvendo-se com as mesmas pessoas mais do que uma vez ao longo do tempo.

A China vê a actual ordem mundial como hostil às suas ambições. Por isso, em toda a África, no Sul da Ásia e na América Latina, a China quer construir uma base de apoio que possa aproveitar para ajudar a oferecer uma alternativa ao sistema actual.



Os seus esforços não se limitam às nações da África Austral que partilham uma herança de libertação, disse Nantulya. A China treinou centenas de militares de todo o continente, incluindo nações democráticas cujos valores políticos estão em desacordo com a filosofia militar autocrática e política da China. Sempre que houver uma oportunidade para transmitir o modelo ideológico da China, o ELP aproveitá-la-á.

Apesar dos milhares de estagiários africanos, a China precisa apenas de uma pequena percentagem — talvez 2% por ano — para regressar a casa com uma perspectiva positiva sobre o país, disse Nantulya. Bastam algumas dezenas de pessoas bem colocadas para fazer a diferença e são suficientes para infectar uma instituição.

“Atiram muito para o ar e depois o que acontece é que, ao longo dos anos, identificam aqueles que continuam a ter este sentimento positivo e continuam a convidá-los de novo, continuam a envolvê-los, continuam a dar-lhes oportunidades, e assim por diante,” afirmou.

O modelo chinês começa por ser um esforço alargado de EMP, mas depois é feito em cascata e visa indivíduos específicos.

Este ciclo do EMP é uma peça da engrenagem do motor de influência da China. Os soldados e oficiais são formados em escolas que promovem a ideologia e a doutrina chinesas. Simultaneamente, a China procura exercer influência política e influência financeira através dos seus projectos de infra-estruturas da Iniciativa do

Soldados ugandeses assistem a uma aula de engenharia ministrada por soldados ugandeses e fuzileiros navais dos EUA em Camp Singo, Uganda, em 2019. SARGENTO BETHANIE RYAN/CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS DOS EUA

Cinturão e Rota (ICR). À medida que os governos africanos dependem mais da China para ambas as coisas, alguns militares africanos poderão ver oportunidades de progredir nas suas carreiras, reforçando uma relação crescente com a China. O círculo de influência aumenta e a China pode explorá-lo em fóruns multinacionais como as Nações Unidas.

O Burquina Faso é um exemplo disso. Há vários anos, o Burquina Faso procurou ajuda para projectos de infra-estruturas, mas não tinha dinheiro para os financiar. A China ofereceu-se para integrar o país na iniciativa ICR. Mas havia um senão: o Burquina Faso teria de adoptar a posição da China sobre o estatuto de Taiwan, uma questão geopolítica espinhosa. Em 2018, após 24 anos de relações diplomáticas com Taiwan, o Burquina Faso pôs fim a essa relação e reconheceu Pequim.

“O Burquina Faso e a China envolveram-se nesta dança, em que a China precisava de um aliado, o Burquina Faso precisava de financiamento, e assim conseguiram encontrar-se a meio caminho,” disse Nantulya. “Mas depois de o Burquina Faso ter assinado este acordo da ICR, começámos a ver soldados do Burquina Faso a irem para a China para receberem treino militar. Assim, podem ver como funciona.” □

Força Policial da Somália Assinala 80 Anos

EQUIPA DA ADF

A Somália continua a assumir uma parte maior da sua própria segurança nacional e a sua força policial de longa data assinalou um marco importante. A Força Policial da Somália, formada a 20 de Dezembro de 1943, celebrou o seu 80.º aniversário com pompa e desfile. O General Sulub Ahmed Firin, chefe da Força Policial da Somália, disse aos presentes na celebração que tinha o “privilegio de estender as minhas felicitações a todas as patentes da Força Policial Nacional, ao assinalarmos o 80.º aniversário da sua criação,” segundo o Halqabsi News. Firin agradeceu também à polícia pelo seu empenho em proteger sistematicamente as pessoas e os bens. No dia seguinte, o General Osman Abdullahi Mohamed (Kaniif), comissário-adjunto da força, recebeu o seu homólogo da Polícia Federal da Etiópia, Musfin Abebe Badeye. Os dois debateram a cooperação entre as duas forças, nomeadamente em matéria de segurança das fronteiras, prevenção da criminalidade e combate ao terrorismo. De acordo com a agência noticiosa nacional da Somália, debateram igualmente os desafios em matéria de segurança regional.

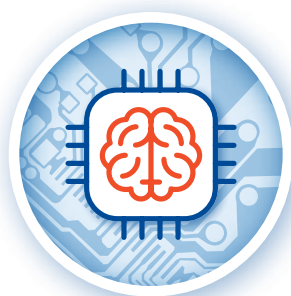


Unidades táticas da Força Policial da Somália, à direita, e a banda da polícia marcham durante uma cerimónia para assinalar o 80.º aniversário da força na Scuola Policia em Mogadíscio, no dia 20 de Dezembro de 2023. AFP/GETTY IMAGES



APROVEITANDO *uma* *NOVA* *FERRAMENTA*





Os avanços da IA vão alterar a dinâmica dos conflitos dentro e fora do campo de batalha

EQUIPA DA ADF

A África pode já ter tido a sua primeira experiência com a inteligência artificial no campo de batalha em meados de 2020. Foi nessa altura que os drones Kargu-2 autónomos de fabrico turco seguiram e mataram membros das forças do marechal líbio, Khalifa Haftar, quando estas se retiravam do cerco falhado em Trípoli, segundo os relatos.

Embora a natureza exacta do ataque continue a ser controversa — alguns observadores questionam se os drones estavam realmente a agir por conta própria — um número crescente de especialistas prevê que a inteligência artificial (IA) irá desempenhar um papel cada vez mais importante em África, dentro e fora do campo de batalha.

“A IA não está a chegar a África, já cá está. E o seu papel só tende a aumentar nos próximos anos,” Abdul Hakeem Ajijola, presidente do Grupo de Peritos em Cibernética da União Africana, disse recentemente ao Centro de Estudos Estratégicos de África (ACSS).

À medida que a utilização da IA se expande, os governos e as entidades reguladoras têm sido lentos a adoptar as regras necessárias para reger a sua utilização.

“Em matéria de políticas de IA, não há países no mundo que estejam preparados,” Rob Floyd, director de inovação e política digital do Centro Africano para a Transformação Económica, com sede no Gana, disse à ADF.

Mais de 2.400 organizações africanas já estão a trabalhar com a IA em muitos sectores, desde a agricultura e a saúde até à aplicação da lei e à segurança.

A IA monitoriza as culturas para detectar doenças, orienta os drones que entregam medicamentos em aldeias distantes e analisa multidões para detectar potenciais



Esta imagem mostra como a IA pode ser combinada com uma espingarda para fornecer ao soldado informações de combate em tempo real e accionáveis.. REUTERS

terroristas. Segundo Ajijola e outros especialistas, a capacidade da IA para digerir rapidamente grandes quantidades de dados e encontrar padrões nos mesmos faz da tecnologia uma ferramenta valiosa.

Dito isto, o significado exacto de IA, tal como a própria tecnologia, continua a evoluir.

“Neste momento, não existe uma definição consensual para a inteligência artificial,” o advogado e investigador Nokuthula Olorunju, da África do Sul, membro da Research ICT Africa, disse recentemente ao ACSS. “Estamos a descobri-lo à medida que vamos avançando.”

A actual tecnologia de IA vai desde a inteligência artificial estreita, como os sistemas online que fornecem actualizações de tráfego em tempo real, até à IA generativa, como o ChatGPT, que pode criar conteúdos de texto, vídeo e áudio que podem ser utilizados para difundir desinformação e gerar conflitos.

Uma coisa em que os investigadores de IA estão de acordo é: tal como a electricidade, a internet ou um veículo com tracção a quatro rodas, a IA é uma ferramenta que só é tão boa ou má quanto os humanos que a utilizam.

Adoptação da Inteligência Artificial em África



75+ Empresas em África utilizam a inteligência artificial:

Incluído



Dados e análises

Criação de produtos analíticos inteligentes



22



Bots, chatbots e assistentes virtuais

Criação de tecnologias de contacto directo, como bots e assistentes virtuais



16



Visão

Construção de sistemas de visão com tecnologia de IA, como câmaras inteligentes



16



Reconhecimento de língua ou texto

Desenvolvimento de sistemas inteligentes com tecnologia de IA



7



Hub ou centros de IA

Apoio a empresas em fase de arranque que criam produtos ou serviços com tecnologia de IA



7



Saúde e diagnóstico

Prestação de serviços de cuidados de saúde baseados na IA



6



Serviços profissionais e programadores de IA

Prestação de apoio à IA e à mudança de marca



6



Robótica

Construção de robots e outras máquinas com tecnologia de IA



4

Não incluído



Drones

Organizações que constroem ou fornecem apenas serviços de drones

“O medo em torno da IA deve-se à proliferação de danos que vemos serem causados pela utilização da IA,” afirmou Olorunju. “A questão resume-se aos problemas de segurança e protecção que são causados quando se permite que a IA ande à solta. A IA existe actualmente numa zona cinzenta sob ponto de vista jurídico e a lei não é capaz de a acompanhar.”

IA e Análise

Os especialistas em IA não hesitam em sublinhar que a tecnologia não substitui o conhecimento, a intuição e a criatividade humanos.

“É, de facto, um reconhecimento de padrões,” disse Ajijola.

Apesar de todas as suas capacidades, a maior força da IA pode ser a sua capacidade de separar o trigo do joio digital de forma rápida, eficiente e a uma escala que os seres humanos nunca poderiam alcançar.

Quer os dados representem comunicações de terroristas, leituras de radar do tráfego de navios ou movimentos de caçadores furtivos em zonas de vida selvagem, a capacidade da IA para reconhecer padrões fornece aos utilizadores humanos dados que tornam as acções de segurança mais precisas e menos arriscadas.

No Parque Nacional de Liwonde, no Malawi, por exemplo, o software EarthRanger, com tecnologia de IA, estuda os padrões de caça furtiva no parque e, utilizando análises preditivas, alerta os guardas-florestais para potenciais picos de actividade, para que possam desenvolver a sua estratégia de combate à caça furtiva.

As “câmaras de caçadores furtivos” do sistema conseguem distinguir entre pessoas e animais que se deslocam pelo parque, permitindo aos guardas-florestais identificar os caçadores furtivos sem terem de se colocar em perigo.

A Marinha da Nigéria começou a integrar a IA nos seus sistemas para reforçar a sua capacidade operacional e acompanhar a evolução da tecnologia.

O Chefe do Estado-Maior da Marinha da Nigéria, Vice-Almirante Emmanuel Ogalla, afirmou que a IA pode prever a forma mais eficiente de operar um navio em termos de consumo de combustível. Integrado nas operações de radar do navio ou nos sistemas de detecção de ameaças, pode ajudar os operadores a processar a informação mais rapidamente e a compreender melhor como responder a uma ameaça no mar. Desta forma, a IA pode melhorar a capacidade da marinha para combater a pesca ilegal e o tráfico de droga no Golfo da Guiné, dizem os especialistas.

Ogalla também destacou outro benefício que a IA proporcionará à Marinha da Nigéria: a manutenção preditiva. À medida que a IA monitoriza os sistemas de um navio, pode identificar potenciais falhas no equipamento e alertar a tripulação para a necessidade de manutenção, detectando os problemas quando ainda são pequenos. Deste modo, assegurar-se-á que os navios permaneçam prontos, em vez de ficarem imobilizados para reparação.

A capacidade de processamento da IA e as capacidades de reconhecimento de padrões permitem que os analistas se concentrem no planeamento e na estratégia, em vez de passarem os dias a peneirar montes de dados.

“A Marinha da Nigéria deve continuar a adoptar e a integrar estas tecnologias para manter uma vantagem competitiva durante as operações,” disse Ogalla ao jornal nigeriano Leadership.

Para Ajijola, a capacidade de processamento da IA e as capacidades de reconhecimento de padrões permitem que os analistas se concentrem no planeamento e na estratégia, em vez de passarem os dias a peneirar montes de dados.

“Temos de encontrar formas de aliviar a carga dos analistas para que sejam mais eficientes”, disse Ajijola.

No Campo de Batalha

Talvez mais do que qualquer outra tecnologia que utilize IA, os veículos aéreos não tripulados (VANT) — drones — representam a promessa e a ameaça inerentes à inteligência artificial. Nesse sentido, poderá já estar em curso em África uma corrida ao armamento com tecnologia de IA, à medida que as forças armadas se abastecem de tecnologia de drones para complementar as forças terrestres e marítimas.

A Marinha da Nigéria efectua uma patrulha fluvial de segurança marítima em Janeiro de 2024 no Delta do Níger. A Marinha afirmou que espera utilizar a IA preditiva para melhorar a manutenção dos navios. MARINHA DA NIGÉRIA



A Marinha da Nigéria prepara-se para utilizar um helicóptero drone numa função de segurança marítima em 2024. A IA pode melhorar o processamento dos dados recolhidos pelos VANT durante o reconhecimento. MARINHA DA NIGÉRIA

“Apesar dos apelos globais para a proibição de armas semelhantes, a proliferação de sistemas como o Kargu-2 [drone de ataque de asa rotativa] está provavelmente apenas a começar,” escreveram os analistas Nathaniel Allen e Marian “Ify” Okpali para a Brookings Institution em 2022.

As forças armadas de toda a África compraram ou encomendaram o Kargu-2 e os drones Bayraktar TB2, de maiores dimensões, fabricados na Turquia. A lista de países que acrescentaram os drones turcos aos seus arsenais inclui Etiópia, Marrocos, Ruanda e Togo.

Embora não se reconheça publicamente que a actual geração de drones tenha capacidades de IA, os fabricantes de drones já estão a promover a próxima geração de drones que utilizará definitivamente a IA.



O Paramount Group, da África do Sul, introduziu em 2021 o seu sistema de drones N-Raven, com tecnologia de IA, com capacidade para enxamear alvos. Embora os VANT possam ser utilizados para reconhecimento, cada um deles é suficientemente grande para transportar uma carga útil de até 15 quilogramas, criando o potencial de ataque de vários drones coordenados entre si para encontrar e eliminar alvos, sobrecarregando as defesas do alvo.

“Estas são novas máquinas de guerra,” disse Ajijola.

Os especialistas afirmam que a utilização de drones com tecnologia de IA e de armas semelhantes automatizadas e à solta levanta uma questão importante: Quem é responsável pelos seus actos?

“No final do dia, de quem é a responsabilidade?” questionou Olorunju. “Quem é responsável? Quem tem a responsabilidade — é o país? O fabricante?”

Os observadores dizem que é apenas uma questão de tempo até que a tecnologia de IA chegue às mãos dos insurgentes, que a poderão utilizar para aterrorizar comunidades ou atacar instituições governamentais sem expor os seus próprios combatentes. Grupos terroristas como o Boko Haram têm utilizado drones sem tecnologia de IA para efectuar reconhecimento e filmar combates com as forças governamentais.

“Os actores não estatais adoptarão eles próprios estas tecnologias e encontrarão formas inteligentes de as explorar ou anular,” escreveram Allen e Okpali. “A inteligência artificial será utilizada em combinação com invenções igualmente influentes, mas menos chamativas, como a AK-47, o veículo táctico não normalizado e DEI, para permitir novas tácticas que tirem partido ou explorem as tendências para melhores capacidades de detecção e maior mobilidade.”

Desafios

A perspectiva de os extremistas adoptarem armas com tecnologia de IA é apenas um dos desafios que os países africanos enfrentam à medida que a utilização da IA aumenta em todo o continente.

O desenvolvimento de tecnologias como a IA aumenta a ameaça à segurança cibernética, segundo escreveu o investigador Emmanuel Arakpogun num estudo publicado pela Universidade de Northumbria.

“Os actores estatais ou individuais podem paralisar infra-estruturas críticas de forma a ameaçar a existência de uma nação,” escreveu.

Os ataques conduzidos pela IA a infra-estruturas críticas como a energia, a água e os bancos podem ocorrer a uma velocidade e com uma frequência que as equipas humanas de segurança cibernética teriam dificuldade para fazer face. Os investigadores afirmam que os sistemas de IA podem colmatar essa lacuna, monitorizando os sistemas 24 horas por dia e alertando os seus homólogos humanos quando surgem actividades suspeitas.

Para além das infra-estruturas físicas, as nações enfrentam ataques com recurso à IA às suas infra-estruturas democráticas. Os sistemas de IA generativa já podem criar os chamados vídeos deepfake, juntamente com artigos

de notícias falsas de aspecto realista e outros conteúdos destinados a fomentar conflitos, minar líderes e semear a suspeita e a violência nas sociedades.

“Mísseis de cruzeiro podem derrubar um edifício, mas a IA pode ‘piratear’ o eleitorado para convencer os países a elegerem as pessoas erradas,” disse Ajijola.

Para complicar ainda mais as coisas: “A IA generativa deixa poucas impressões digitais,” Melissa Fleming, directora de comunicações globais das Nações Unidas, disse recentemente à ONU. “A IA generativa tem um enorme potencial de manipulação dos eleitores.”

Os especialistas concordam que os governos africanos podem utilizar a IA para se defenderem contra ataques online, mas também notam que África precisa de recuperar o atraso em termos de formação de programadores qualificados e de financiamento de projectos. No entanto, esta situação está a mudar.

O recém-inaugurado Centro Africano de Investigação sobre Inteligência Artificial, financiado pela ONU, em Brazzaville, na República do Congo, junta-se a uma lista crescente de institutos, de Marrocos à África do Sul e do Gana ao Ruanda, que procuram expandir a capacidade africana de responder às promessas e ameaças da IA.

A IA produzida em África tem potencial para criar postos de trabalho e dar emprego a milhões de pessoas no continente, afirmou Floyd. Isso, juntamente com as inovações apoiadas pela IA na agricultura, nas infra-estruturas, nas despesas públicas e muito mais, poderá reduzir os conflitos sobre os recursos que conduzem à insegurança em África, acrescentou.

“Se as pessoas forem mais produtivas e os recursos forem utilizados de forma mais produtiva, é de esperar que a sociedade seja mais harmoniosa,” Floyd disse à ADF.

Das 2.400 empresas africanas relacionadas com a IA, mais de 40% são empresas em fase de arranque que já receberam centenas de milhões de dólares em financiamento inicial. Trata-se de uma fatia dos 79,2 bilhões de dólares gastos globalmente em IA em 2022, e grande parte foi canalizada para o desenvolvimento de tecnologia financeira na Nigéria, um centro de fraude financeira online, de acordo com Arakpogun.

Embora a Nigéria tenha atraído o maior volume de capital de investimento relacionado com a IA, a África do Sul gerou o maior número de empresas relacionadas com a IA, seguida da Nigéria e do Quênia. O Egipto, o Gana, a Tunísia e o Zimbábue também estão entre os principais pioneiros da IA no continente.

“Para evitar que se repitam as oportunidades perdidas nas anteriores revoluções industriais, que deixaram um legado negativo para os países africanos, os governos devem criar um ambiente propício para que estas startups de IA floresçam e acelerem o desenvolvimento socioeconómico de África,” escreveu Arakpogun.

O Futuro

Enquanto os países africanos olham para a sua futura relação com a IA, é imperativo que desenvolvam estratégias



“Para evitar que se repitam as oportunidades perdidas nas anteriores revoluções industriais, que deixaram um legado negativo para os países africanos, os governos devem criar um ambiente propício para que estas startups de IA floresçam e acelerem o desenvolvimento socioeconómico de África.”

~ Emmanuel Arakpogun, investigador

para abordar os aspectos positivos e negativos da tecnologia, dizem os especialistas.

As Ilhas Maurícias abriram caminho em 2018, quando publicaram a sua estratégia nacional de IA, descrevendo a tecnologia como criando um novo pilar para o desenvolvimento nas próximas décadas. Outros países africanos seguiram-se, embora nenhum tenha atingido o nível de preparação das Maurícias.

Em 2002, a Oxford Insights classificou cada país numa escala de 100 pontos quanto à sua prontidão para utilizar a IA na prestação de serviços públicos. As Ilhas Maurícias, com uma pontuação de 53,8, e a África do Sul (47,74), o Egipto (49,42) e a Tunísia (46,81) são os únicos países africanos que ultrapassam a média global de 44,6.

O Grupo de Trabalho Africano sobre IA espera construir uma estratégia unificada para o continente, um passo importante para incentivar as nações a partilharem os seus dados para otimizar os sistemas de IA.

“Um dos maiores desafios em África é a qualidade e o

Mais de 2.400 empresas africanas, muitas delas startups, estão a trabalhar para desenvolver a tecnologia de IA, enquanto os governos e a indústria avançam com institutos de investigação e eventos como a AI Expo Africa anual. AFP/GETTY IMAGES

acesso aos dados,” afirmou Floyd. “Os dados económicos estão, muitas vezes, desatualizados há anos.”

O Plano de Acção da União Africana para a IA em África, desenvolvido em 2021, enuncia as oportunidades e os desafios da utilização da IA e propõe princípios fundamentais para orientar a sua utilização no futuro. Qualquer estratégia de IA desenvolvida pelos países africanos deve reflectir os valores africanos e não ser um “cortar e colar” de outros países, dizem os especialistas.

“Isto não é uma teoria. Isto não se passa noutra parte do mundo,” afirmou Ajijola. “Precisamos de determinar as filosofias africanas que irão orientar o desenvolvimento da IA no continente. O legado final da revolução digital em matéria de segurança será a forma como é utilizada.” □

Missões de Manutenção da Paz da ONU Enfrentam

NOVOS TESTES

Os críticos dizem que as futuras missões devem adaptar-se para produzir melhores resultados para os países anfitriões

EQUIPA DA ADF





Os últimos dois anos têm sido difíceis para as forças de manutenção da paz das Nações Unidas. A missão no Mali foi encerrada subitamente. A missão na República Democrática do Congo começou a ser encerrada, enquanto as missões na República Centro-Africana e na fronteira entre o Sudão e o Sudão do Sul continuam a enfrentar desafios.

Num estudo de 2023, o professor de investigação Cedric de Coning, do Instituto Norueguês de Assuntos Internacionais, observou que, desde 2014, não foram destacadas novas missões de manutenção da paz da ONU, para além das missões políticas especiais. As missões na República Centro-Africana, na República Democrática do Congo e no Mali não conseguiram “proteger os civis a uma escala que corresponda às expectativas criadas pelos seus mandatos.”



Forças de manutenção da paz das Nações Unidas patrulham uma rua na Costa do Marfim em 2011. A missão de 13 anos terminou em 2017. REUTERS

Dezenas de pessoas deslocadas na República Democrática do Congo juntam-se ao longo da vedação de uma base estabelecida pelas forças de manutenção da paz das Nações Unidas em 2021. AFP/GETTY IMAGES

As autoridades da ONU dizem que, no ano passado, alguns intervenientes questionaram se as missões de manutenção da paz da ONU teriam algum futuro. O Observatório Global do IPI disse que havia um “sentimento predominante de que a ONU deixaria de enviar grandes operações multidimensionais de manutenção da paz, que seriam reduzidas em favor de presenças políticas



Membros das forças de manutenção da paz do Senegal saem de um veículo blindado de transporte de pessoal para efetuar uma patrulha em Gao, no Mali. AFP/GETTY IMAGES

mais leves.” Uma sessão de Dezembro de 2023 da Reunião Ministerial de Manutenção da Paz da ONU mostrou que, embora ainda haja apoio para as actuais e novas missões de manutenção da paz, são necessárias novas abordagens.

As razões para o fracasso das missões são complicadas. Os críticos dizem que as missões são por vezes vistas como uma extensão das forças armadas do país de acolhimento e são responsabilizadas pelos seus fracassos. As forças de manutenção da paz têm, muitas vezes, dificuldade em adaptar-se a mudanças na dinâmica política e cultural. Grupos como o mercenário russo Grupo Wagner — que agora se chama Africa Corps — têm-se imiscuído em operações de manutenção da paz e espalhado desinformação. O financiamento também é um problema, visto que as missões de paz que duram anos podem custar milhares de milhões de dólares.

A ONU tem tido missões de manutenção da paz bem-sucedidas em locais como Costa do Marfim, Libéria e Serra Leoa. Mas os fracassos das missões na RDC e no Mali estão a obrigar o país a reavaliar a forma como conduzirá futuras missões.

“Ao longo dos anos, os mandatos de manutenção da paz da ONU tornaram-se extensos e as responsabilidades das forças de manutenção da paz por vezes confusas,” escreveram Claire Klobucista e Mariel Ferragamo para o Council on Foreign Relations em 2023. O seu relatório

incluía um estudo do Professor Theo Neethling, da Universidade do Estado Livre, que observou que, em vez de monitorizar a paz, tal como acordado pelas partes em conflito, algumas operações de manutenção da paz em África foram solicitadas a proteger instalações e infra-estruturas enquanto realizavam a contra-insurgência.

No entanto, os estudos mostram que as missões de manutenção da paz salvam vidas. Klobucista e Ferragamo referem que Lise Howard, da Universidade de Georgetown, descobriu que “as forças de manutenção da paz estão correlacionadas com menos baixas civis e que um maior número de forças de manutenção da paz — em particular, forças de manutenção da paz mais diversificadas — está em paralelo com menos mortes de civis e menos mortes de militares.” Um grupo de peritos modelou cenários com e sem intervenção e concluiu que as missões de manutenção da paz são, em última análise, uma medida eficaz em termos de custos, cujos contributos para atenuar os conflitos e evitar repercussões são frequentemente subestimados. Jean-Pierre Lacroix, o chefe das operações de paz da ONU, também argumenta que as missões são subestimadas.

“Os soldados da paz ajudaram muitos países a percorrer com sucesso o difícil caminho da guerra para a paz, desde a Libéria e a Namíbia até ao Camboja, Serra Leoa, Timor-Leste e muitos outros países,” disse Lacroix à Deutsche Welle. Acrescentou ainda que as operações da

ONU têm um forte historial de prevenção e redução da violência e de prevenção da recorrência de guerras.

TEMPO DE MUDANÇA

Há já algum tempo que a ONU tem consciência de que tem de mudar. Em 2018, lançou a iniciativa “Acção para a manutenção da paz” (A4P) e actualizou-a em 2021. A iniciativa inclui agora prioridades para futuras missões:

A coerência colectiva por detrás de uma estratégia política. A estratégia deve abranger a missão e os principais parceiros, incluindo organizações regionais, países-membros, instituições financeiras internacionais e agências das Nações Unidas. As missões também utilizarão o seu poder de convocação para mobilizar os recursos colectivos de todos os parceiros.

Responsabilização das forças de manutenção da paz. É necessário prosseguir os esforços para melhorar a segurança, as condições de vida e o bem-estar das forças de manutenção da paz.

Responsabilização das forças de manutenção da paz. A tónica deve ser colocada na conduta e na disciplina, com destaque para a prevenção, a aplicação, as medidas correctivas e o reforço do apoio às vítimas de exploração e abuso sexual. A responsabilização deve incluir a pegada ambiental das missões e também reconhecer o bom desempenho.



Um membro da Força Nacional de Defesa da África do Sul ergue uma bandeira durante uma cerimónia para comemorar o Dia Internacional dos Soldados da Paz da ONU em Bloemfontein, África do Sul, no dia 29 de Maio de 2023. REUTERS

Comunicações estratégicas. Este aspecto deve ser integrado nos ciclos de planeamento e na gestão dos riscos para promover os êxitos e gerir as expectativas. Deve ser dada uma ênfase renovada ao combate à desinformação, à falsa informação e ao discurso de ódio.



Forças de manutenção da paz das Nações Unidas da Etiópia patrulham em Abyei, um território disputado entre o Sudão e o Sudão do Sul. AFP/GETTY IMAGES



Forças de manutenção da paz das Nações Unidas do Ruanda esperam para escoltar os membros do Conselho de Segurança da ONU à chegada ao aeroporto de Juba, no Sudão do Sul. THE ASSOCIATED PRESS

Cooperação com os países de acolhimento. O empenho construtivo continua a ser fundamental para as soluções políticas, aumentando a segurança e a protecção das forças de manutenção da paz, reforçando o desempenho e apoiando transições bem-sucedidas.

A iniciativa inclui também dois “temas transversais”: a agenda “Mulheres, Paz e Segurança” e “a manutenção da paz inovadora, baseada em dados e na tecnologia.”

‘A PAZ NÃO PODE SER IMPOSTA’

As missões de manutenção da paz não exigem que as negociações de paz estejam em curso. No entanto, de Coning concluiu que as futuras missões de manutenção da paz têm mais hipóteses de sucesso em países que tenham estabelecido um processo de paz viável. afirmou que as futuras missões devem começar com um projecto político adequado, salientando que “a paz não pode ser imposta.”

Algumas missões de manutenção da paz têm tido mais a ver com a estabilização do que com a manutenção da paz, observou de Coning. Uma verdadeira missão de manutenção da paz deve ter por objectivo manter um cessar-fogo ou aplicar um acordo de paz com o consentimento de todas as partes em conflito. Nas missões de estabilização, afirmou, a percepção tende a ser a de que a nação anfitriã é a única beneficiária, enquanto os dissidentes e os rebeldes são o inimigo.

De acordo com de Coning, as futuras missões de manutenção da paz terão de ser mais independentes das forças de segurança do país anfitrião e não ser vistas como uma simples capacidade adicional das forças armadas do país. Alertou também para um fenómeno chamado



Forças de manutenção da paz das Nações Unidas recuperam corpos numa área próxima do local onde um comboio foi atacado em Nyiragongo, na província de Kivu do Norte, na República Democrática do Congo. THE ASSOCIATED PRESS

“dilema da estabilização,” em que uma diminuição da hostilidade retira às partes o incentivo para negociar.

Muitas missões de manutenção da paz do passado não tiveram o mandato e a capacidade de neutralizar completamente os grupos rebeldes armados. Em vez disso, infligiram danos a esses grupos, deixando-os “perturbados, mas não derrotados.”

IDEIAS PARA NOVAS MISSÕES

A ONU continua a investigar formas de melhorar as missões de manutenção da paz. No seu estudo, “The Future of UN Peace Operations in a Changing Conflict Environment” (O Futuro das Operações de Paz da ONU num Ambiente de Conflito em Mudança), o investigador da ONU Adam Day ofereceu sugestões sobre como repensar as futuras missões:

Preparar-se para o longo prazo. Day observou que o tempo médio de vida das operações de paz tem aumentado constantemente nos últimos 30 anos. Actualmente, há missões que se prolongam durante anos com poucas perspectivas de produzir uma paz clara e duradoura. Tal como o Banco Mundial observou, as transformações sociais e políticas necessárias para a transição para democracias bem-sucedidas demoram décadas. A fixação de prazos e períodos de mandato para essas missões só é útil para acompanhar o seu progresso.

Day observou que a ONU poderia ter de estabelecer objectivos mais modestos e analisar o que pode ser feito através da manutenção da paz num período de três anos, enquanto planeia o que outras componentes da ONU podem realizar em 20 anos.

Reexaminar a utilização de força pesada. Durante as guerras civis de longa duração, em que não existe um processo de paz viável, a contribuição das tropas com recurso à força pesada “é muito menos certa, enquanto os custos são extremamente elevados, tanto em termos financeiros como humanos.” Por vezes, a força bruta é necessária para proteger os civis e evitar atrocidades, mas este objectivo deve ser claramente estipulado e não deve ser confundido com o apoio a um processo de paz.

Day afirmou que, se os futuros destacamentos incluírem guerras civis em curso, violência assimétrica e “misturas caóticas” de mercenários, milícias e forças estrangeiras, “a utilidade dos soldados de manutenção da paz da ONU deve ser seriamente revista e não presumida como necessária.”

Construir parcerias inovadoras para além da ONU. A ONU estabeleceu parcerias bem-sucedidas com organizações regionais para aumentar a eficácia das operações, como com as tropas da União Africana na Somália. Se a tendência se mantiver, a ONU “será ainda mais marginalizada nos grandes conflitos e terá de investir ainda mais em parcerias do que actualmente,” afirmou Day.

Day disse que as parcerias poderiam incluir o trabalho com uma instituição financeira internacional para desenvolver um planeamento de resposta a desastres sensível aos conflitos. “Ou, no caso de conflitos que

envolvam redes ilícitas transnacionais, uma operação de paz poderá ter de estar ligada a organizações de combate ao tráfico ou empregar peritos em rastreio cibernético,” observou.

Desenvolver a capacidade analítica. Day observou que as operações de paz da ONU melhoraram significativamente as suas capacidades analíticas, incluindo a criação de programas de identificação de ameaças e a capacidade emergente de informação.

Acrescentou que os futuros conflitos serão em grande parte ditados por factores socioeconómicos, como as alterações climáticas, as recessões económicas globais ou o aprofundamento das desigualdades resultantes da urbanização, do crescimento desigual e das novas tecnologias limitadas aos que podem pagar por elas.



Civis da República Democrática do Congo saqueiam os destroços queimados de um camião depois de terem bloqueado e entrado em confronto com uma coluna de forças de manutenção da paz das Nações Unidas perto de Goma, na província de Kivu do Norte. REUTERS

“A construção de uma análise de economia política personalizada é um primeiro passo importante; o estabelecimento de compromissos mais significativos com as instituições financeiras internacionais e nacionais é outro,” afirmou Day.

Aceitar a complexidade. Day observa que as missões se tornarão mais complicadas devido às alterações climáticas, às mudanças demográficas e às novas tecnologias. Mas, observou, há uma tendência para reduzir as narrativas a termos simples, em parte, para comunicar eficazmente com todas as partes envolvidas. Com o passar do tempo, a ONU terá de aceitar a natureza inter-relacionada dos conflitos mais do que o faz actualmente.

“As futuras operações de paz poderão ter de incluir cientistas das alterações climáticas, economistas, urbanistas e especialistas em redes sociais, se quiserem compreender e afectar as trajectórias dos conflitos violentos,” afirmou Day. □

A yellow silhouette of a person holding an assault rifle, positioned on the left side of the image. The person is shown from the chest up, facing right, with the rifle held vertically. The background is dark and textured.

O Enigma do Vigilante

GOVERNOS RECORREM A **CIVIS ARMADOS** PARA COMBATER REBELDES E EXTREMISTAS, MAS ESTA TÁCTICA IMPLICA UMA SÉRIE DE **DESAFIOS**

EQUIPA DA ADF

Logo após a Assembleia Nacional do Burquina Faso ter aprovado por unanimidade o armamento de voluntários civis para ajudar a combater os extremistas, em Janeiro de 2020, os riscos eram claros.

Apesar de duas semanas de formação, de uma idade mínima de 18 anos e de uma “investigação moral,” a tática parecia arriscada. “Não se trata de fazer carne para canhão,” disse o então Ministro da Defesa, Chérif Sy. “Queremos evitar que estes voluntários se tornem milícias.”

Corrine Dufka, directora da Human Rights Watch para a África Ocidental, citando casos documentados de abusos cometidos por soldados burquinabês, tem uma perspectiva sombria. “Este novo plano de subcontratação de operações de segurança a civis ameaça levar a ainda mais abusos,” disse na altura à Al Jazeera.

A utilização de civis armados no sector da segurança nacional levanta muitas questões: Como é que o governo pode impedir que civis mal treinados violem os direitos humanos? Como é que os vigilantes evitarão a tentação de atacar grupos étnicos rivais? Como é que os combatentes vão distinguir entre extremistas armados e civis armados quando o nevoeiro da batalha baixar? E como é que os governos que autorizaram o armamento de civis os vão desarmar efectivamente quando os seus serviços já não forem necessários?

“Quanto mais claros forem os objectivos e o mandato dos vigilantes e quanto maior for a supervisão por parte dos líderes nacionais e locais, das forças armadas do Estado e das comunidades locais, mais eficaz será o grupo e menos provável será que se afaste dos objectivos de defesa da comunidade e de contra-insurgência,” afirma um relatório de 2017 do International Crisis Group.

No entanto, continua o relatório, os Estados frágeis são mais susceptíveis de depender de vigilantes e são menos capazes de os policiar e impedir os seus abusos.

O mesmo se verificou no Burquina Faso. Em Junho de 2020, um relatório da Assembleia Nacional afirmou que havia uma “inadequação dos recursos” reservados para treinar, supervisionar e fiscalizar os Voluntários para a Defesa da Pátria (VDP) do país, de acordo com um documento de 2021 de Antonin Tisseron intitulado “Caixa de Pandora. Burquina Faso, milícias de autodefesa e Lei VDP na luta contra o jihadismo.”

CARACTERÍSTICAS DOS GRUPOS DE VIGILANTES

O Burquina Faso não é a única nação do continente a depender de civis armados para a sua segurança. Alguns esforços melhoraram a segurança, mas os riscos parecem rivalizar com os benefícios. Os grupos armados de



Um sinal assinala um posto de controlo do sector da Força-Tarefa Conjunta Civil em Maiduguri, na Nigéria. AFP/GETTY IMAGES

vigilantes têm uma longa história em África. A Serra Leoa tinha um grupo chamado Kamajors, que estava armado para se proteger contra os rebeldes da Frente Revolucionária Unida na década de 1990. No Uganda, os Arrow Boys foram formados em 2005. Protegeram os civis dos extremistas do Exército de Resistência do Senhor.

Os vigilantes são um subgrupo das milícias armadas não estatais e são “geralmente entendidos como grupos a que cidadãos preocupados se juntaram para autoprotecção em condições de desordem local,” de acordo com o relatório de 2023 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “Understanding and Managing Vigilante Groups in the Lake Chad Basin Region.”

Os grupos de vigilantes, escrevem os autores, são marcados por três características principais: tendem a ser grandes e a ter acesso a armas; têm a capacidade de impor violência que pode alterar o equilíbrio da paz; e não fazem parte de instituições formais de segurança do Estado, embora possam ter algumas relações com esses grupos.

Também se enquadram normalmente em três grandes categorias. Alguns foram organizados para combater o extremismo violento, como a Força-Tarefa Conjunta Civil (CJTF, na sigla inglesa) no nordeste da Nigéria. A CJTF é talvez o grupo mais conhecido do seu género no continente. Outros formam-se para combater o crime. O terceiro tipo é “manipulado pelo Estado para atingir rivais étnicos, religiosos ou políticos,” afirma o relatório.

Os vigilantes são um subgrupo das milícias armadas não-estatais e são 'geralmente entendidos como grupos a que cidadãos preocupados se juntaram para autoproteção em condições de desordem local.'



Um membro da Força-Tarefa Conjunta Civil revista um homem à entrada da cidade de Damasak, na Nigéria. AFP/GETTY IMAGES



A CJTF foi formada na sequência do massacre de Baga, em Abril de 2013, em que se descobriu que os soldados nigerianos mataram cerca de 200 civis e queimaram 2.000 casas e empresas após um ataque do Boko Haram a um posto militar, refere o relatório do PNUD. Esse ataque matou um soldado.

“Surpreendentemente, o que aconteceu a seguir não foi uma radicalização dos civis vitimados no Estado de Borno, mas sim o surgimento de vigilantes anti-Boko Haram ansiosos por trabalhar com as forças de segurança nigerianas no volátil Estado para repelir os extremistas do Boko Haram e proteger as suas comunidades,” afirma o relatório.

Pensa-se que a CJTF tenha cerca de 30.000 membros espalhados pelo Estado de Borno. Depois de o governo ter reconhecido formalmente o grupo em 2013, o Programa de Capacitação da Juventude de Borno, patrocinado pelo Estado, inscreveu 1.850 membros da CJTF num curso de formação paramilitar de quatro semanas. Alguns receberam formação no Centro Internacional de Formação para a Manutenção da Paz Kofi Annan, no Gana. Os membros da CJTF também recebem uma bolsa mensal de 48 dólares. Inicialmente, os vigilantes estavam armados com arcos e flechas, facas, catanas e paus. Mais tarde, alguns receberam formação e foram autorizados a transportar espingardas de acção directa.

Homens esperam para se integrarem nos Voluntários para a Defesa da Pátria em Ouagadougou, Burkina Faso. AFP/GETTY IMAGES

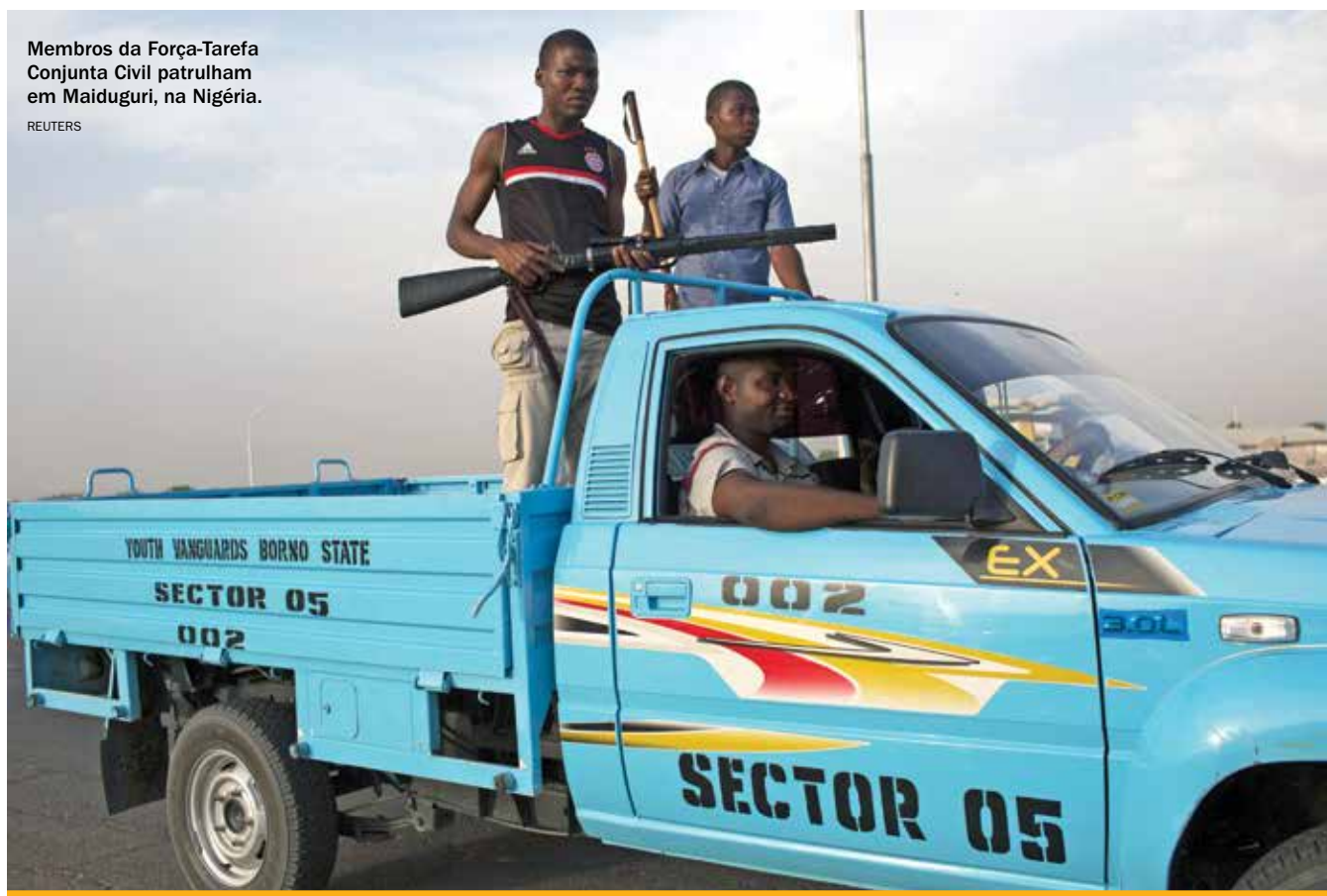
No início, a CJTF registou vitórias significativas contra os insurgentes, o que ajudou a expulsar o Boko Haram de Maiduguri, de acordo com um relatório elaborado para a ADF pelo Dr. Ernest Ogbozor, um perito nigeriano no combate ao extremismo violento na Bacia do Lago Chade.

Depois de algum sucesso, o grupo passou a ser associado ao assassinato de suspeitos, à utilização de crianças nas suas fileiras, ao suborno e à extorsão nos postos de controlo, ao roubo de gado, ao tráfico de bens roubados e à exploração de mulheres, refere o relatório do PNUD. Os vigilantes da CJTF também foram acusados de torturar militantes do Boko Haram e outros prisioneiros durante o interrogatório.

As forças dos VDP do Burkina Faso, patrocinadas pelo governo, sofreram pesadas baixas na sua luta contra os extremistas violentos, de acordo com um relatório de Dezembro de 2023 do International Crisis Group. Os civis são apanhados no meio dos combates. O Presidente Ibrahim Traoré, um capitão do exército que tomou o poder num golpe de Estado em Setembro de 2022, recrutou e armou mais 50.000 membros dos VDP,

Membros da Força-Tarefa Conjunta Civil patrulham em Maiduguri, na Nigéria.

REUTERS



o que representa um aumento significativo do recurso a civis armados contra os extremistas do grupo do Estado Islâmico e apoiados pela al-Qaeda, que os militares não conseguiram conter.

Para além de serem empurrados para a linha da frente com um treino inadequado, alguns destes combatentes burquinabês estão a atacar civis, como os de etnia Fulani, que, em grande parte, não foram recrutados por se pensar que poderiam estar em conluio com os extremistas. A presença dos VDP também expõe os não-combatentes a represálias extremistas.

“Agora que as autoridades colocaram os VDP no centro do seu plano de segurança, não podem recuar instantaneamente sem correr o risco de minar a segurança,” refere o relatório do Crisis Group. “Além disso, os VDP são uma base importante para o Presidente Traoré.”

O governo da República Democrática do Congo também está a contar com a ajuda de milícias civis armadas. Em Novembro de 2022, o Presidente Félix Tshisekedi apelou aos jovens para que organizassem “grupos de vigilância” e apoiassem o exército contra os rebeldes do M23 no leste do país.

O site de notícias Afrikarabia relata que o “Wazalendo” é muito provavelmente uma amálgama de oito a 10 grupos armados que usam o nome, que significa “patriotas” em Kiswahili. O investigador Henry-Pacifique Mayala disse à Afrikarabia que “quando vemos a intensidade dos combates e a sua duração, parece claro que

os Wazalendo foram equipados com armas e munições e beneficiam de apoio logístico.”

Inicialmente, os grupos civis podem apoiar o governo na luta contra os extremistas e outras milícias, mas o facto de os armar acarreta muitos riscos. O analista de segurança David Egesa, baseado no Uganda, disse ao serviço noticioso da Agência Anadolu que os grupos armados poderão ajudar a defender-se do M23 a curto prazo, mas que isso também poderá fortalecer os grupos de milícias. A RDC “pode discretamente permitir que as milícias trabalhem em conjunto contra o M23,” disse. “Mas um jogo tão distorcido pode, a longo prazo, encorajar as milícias... é uma situação perigosa.”

GESTÃO DE GRUPOS ARMADOS

O relatório do PNUD sobre os civis armados da Bacia do Lago Chade observa que “a negligência do governo em relação às frustrações e expectativas dos vigilantes pode ser uma receita para os problemas. ... Para o bem ou para o mal, os vigilantes vieram para ficar.”

Mais uma vez, a experiência do Burquina Faso confirma estas preocupações. Antes da formação dos VDP, os extremistas visavam sobretudo as forças de segurança do Estado e os seus representantes, de acordo com um relatório de 2021 do Centro Internacional de Combate ao Terrorismo. Actualmente, as forças auxiliares civis são os principais alvos. Nos primeiros seis meses de 2021, os extremistas mataram cerca de 200 voluntários civis



— mais do que o número de soldados burquinabês mortos durante o mesmo período.

Este facto confirma as preocupações iniciais de que a criação dos VDP iria redireccionar a violência dos insurgentes para os civis.

Apesar dos muitos riscos associados à utilização de forças civis voluntárias, o relatório do PNUD oferece 13 directrizes para gerir e supervisionar esses grupos “bem como para mitigar os seus efeitos adversos nos civis em conflito.” Uma amostra dessas orientações inclui:

- **Assegurar a regulamentação e a supervisão:** Isso pode incluir códigos de conduta e regras de envolvimento.
- **Oferecer assistência não letal:** O apoio pode incluir detectores de metais, equipamento de segurança, telemóveis e transporte.
- **Aumentar a responsabilização:** As autoridades devem investigar todas as alegações credíveis de violações de direitos humanos, crimes e abusos. Tal deve incluir acções empreendidas com as forças de segurança do Estado. A justiça deve ser rápida e transparente.
- **Proibir a utilização de crianças combatentes:** Os vigilantes não devem ser autorizados a recrutar e a utilizar crianças. No Estado de Borno, na Nigéria, a CJTF e a ONU acordaram um plano de acção para 2017 com vista a proibir a utilização de crianças.
- **Limitar os vigilantes à recolha de informações:** A maior parte dos grupos de vigilantes já são utilizados

Centenas de voluntários cantam enquanto esperam no exterior do Aeroporto Internacional de Goma, na República Democrática do Congo, em Novembro de 2022 antes de embarcar num avião para um centro de formação. AFP/GETTY IMAGES

para este fim. Limitar o seu papel a medidas defensivas, como o rastreio de pessoas e bens, evita os muitos problemas inerentes ao seu armamento.

- **Verificar os membros do grupo:** Deste modo, será possível eliminar os criminosos e as pessoas com um historial de queixas por parte dos membros da comunidade.
- **Compensá-los adequadamente:** Reconhecer o serviço com cuidados de saúde, educação e “assistência aos meios de subsistência sustentáveis.” Aqueles que demonstram um comportamento excepcional podem ser considerados para alistamento em unidades policiais mais formais. Ser claro desde o início sobre as expectativas e a disponibilidade relativamente à remuneração.
- **Estabelecer e financiar planos de desmobilização claros:** Uma vez terminada a violência, os vigilantes terão de ser desarmados, desmobilizados e reintegrados. Os recursos devem ajudar os vigilantes a encontrar emprego em sectores relevantes a nível local. Os membros do grupo devem participar na criação destes programas. □

O Modelo da Costa do Marfim para Combater o **EXTREMISMO VIOLENTO**

O País Implementa Eficazmente Respostas Militares, de Segurança e Sociais ao Terrorismo

EQUIPA DA ADF

Anos de paz na nação costeira da Costa do Marfim foram interrompidos em 2020 quando grupos extremistas violentos do vizinho Burquina Faso começaram a atravessar a fronteira e a organizar ataques. A Costa do Marfim registou pelo menos 20 ataques, incluindo assaltos a posições e colunas militares. As invasões foram apoiadas por campanhas de propaganda e ameaças contra civis.





Forças de segurança
da Costa do Marfim
circulam num veículo de
transporte em Abidjan.

REUTERS

O país estava preparado para a violência, escreveu o investigador William Assanvo num relatório de 2023 para o Instituto de Estudos de Segurança. A Costa do Marfim já tinha em preparação medidas para resolver o problema. Em 2018, desenvolveu uma estratégia nacional de combate ao terrorismo e, mais ou menos na mesma altura, criou um programa de informação para combater as tentativas de imposição de interpretações religiosas radicais.

Os terroristas causaram estragos no Mali e estão a tentar expandir-se pelo Sahel e mais para o sul. A Costa do Marfim, com a sua economia forte e o seu porto moderno em Abidjan, seria uma conquista importante para os extremistas. A principal ameaça terrorista na Costa do Marfim provém da filial da al-Qaeda, Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin.

O grupo opera principalmente no Sahel, incluindo o Burquina Faso e o Mali, mas alargou o seu raio de acção para além da fronteira burquinabê com o norte e o nordeste da Costa do Marfim. O International Crisis Group (ICG) relata que, enquanto os grupos extremistas do Sahel se deslocam para sul, a Costa do Marfim “reforça o seu dispositivo de segurança no norte e lança uma série de projectos sociais para aliviar a pobreza e o desemprego dos jovens.”

A Costa do Marfim tem uma pequena dimensão e a sua economia continua a depender em grande medida da produção de sementes de cacau e de óleo de palma. Mas, para além disso, é um dinamizador de comércio e desenvolvimento. O porto de Abidjan é um dos maiores e mais modernos da África Ocidental. A rede de telecomunicações do país inclui o smartphone Open G, fabricado localmente, que pode ser utilizado em 16 línguas locais. O país tem actualmente a segunda economia mais forte da África Ocidental, a seguir à Nigéria.

Os problemas da Costa do Marfim com o terrorismo têm origem sobretudo no Mali. Um relatório da Chatham House de 2021 refere que o Burquina Faso, o Mali e o Níger “sofreram sucessivos governos fracos, caracterizados pela corrupção, impunidade e desorganização.”

“No Mali, o exército e as milícias aliadas cometeram atrocidades nas regiões central e sul em 2018 e 2019, mas nunca houve julgamentos dos perpetradores,” afirma o relatório. “Esta falta de responsabilização e de justiça contribuiu para alimentar as hostilidades entre os governos das nações do Sahel e as suas comunidades marginalizadas, pobres e negligenciadas. As suas elites não conseguiram garantir a segurança de vários sectores da população.”

À medida que os extremistas continuam a expandir-se pelo norte e centro do Mali e pelo Burquina Faso, um em cada 11 habitantes fica deslocado, informa o ICG.

O governo começou a restaurar a estabilidade política através do crescimento económico em 2011,

após quase uma década de conflito civil que terminou com um exército e infra-estruturas enfraquecidos. Ao mesmo tempo, o ICG observou que as reformas de longo alcance no sector da segurança permitiram às autoridades “construir um exército capaz de afastar a violência jihadista que assola o Sahel.”

Desde o último ataque, a Costa do Marfim reforçou a presença militar e de segurança nos distritos de Savanes e Zanzan, que fazem fronteira com o Mali e o Burquina Faso. A Costa do Marfim continua a colaborar com os seus vizinhos no âmbito a Iniciativa de Acra para detectar e desmantelar o terrorismo regional.

Em 2021, a Costa do Marfim inaugurou a sua Academia Internacional de Combate ao Terrorismo. O campus de 1.100 hectares em Jacqueville situa-se a 50 quilómetros de Abidjan e inclui uma escola para funcionários do governo, um centro de formação para forças especiais e um instituto de investigação. Os dirigentes da Costa do Marfim e da França criaram o programa de formação antiterrorista em 2017. A instalação tem módulos de formação para polícias, militares, funcionários aduaneiros e administradores prisionais.

A cerimónia de abertura teve lugar três dias depois de extremistas terem atacado uma estação de segurança na cidade de Tougbo, no norte do país, matando um soldado costa-marfinense. Tratou-se do terceiro ataque na região em dois meses.

Construindo Uma Estratégia Nacional

A Costa do Marfim tornou-se um líder em África no desenvolvimento de uma estratégia nacional para acabar com o terrorismo. Os seus passos incluem:

- Uma iniciativa nacional de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.
- A construção de bases militares e o destacamento de unidades antiterroristas ao longo das suas fronteiras setentrionais com o Mali e o Burquina Faso.
- Cooperação com outras nações na detenção de extremistas e sua entrega ao Mali, o que levou a um aumento das medidas de segurança e das patrulhas antiterroristas na região.

O país continua a desenvolver e a aperfeiçoar as suas medidas para manter o extremismo à distância. Em Janeiro de 2022, o então Primeiro-Ministro Patrick Achi lançou um programa especial para evitar que os terroristas recrutassem jovens das regiões fronteiriças. Segundo o Jeune Afrique, o programa foi concebido para “evitar que eles se juntem a grupos jihadistas nestas áreas onde o sentimento de abandono por parte do Estado está presente.” No final de 2022, cerca de 23.000 jovens

Um gendarme da Costa do Marfim monta guarda durante a inauguração de uma academia internacional em Jacqueville que forma especialistas em segurança civil e oficiais militares na luta contra o terrorismo. REUTERS





Soldados da Costa do Marfim chegam para a inauguração da Academia Internacional de Combate ao Terrorismo em Jacqueville, no dia 10 de Junho de 2021.

AFF/GETTY IMAGES

tenham sido integrados no projecto, com um objectivo de 66.000 membros em 2024. O programa desenvolve estágios e outras oportunidades de emprego para os seus membros.

O projecto é apenas uma das formas de a Costa do Marfim se manter livre de ataques terroristas há mais de dois anos. O compromisso total inclui uma combinação de intervenção militar, segurança reforçada e maior investimento nas zonas fronteiriças.

“O objectivo é inverter a percepção das comunidades fronteiriças de que o Estado as abandonou,” escreveu Assanvo. “Se o fizerem, reduzirão o risco de serem explorados pelos insurgentes.”

Em 2022, a Costa do Marfim juntou-se aos seus vizinhos da Iniciativa de Acra, da África Ocidental, para criar a Força-Tarefa Conjunta Multinacional/ Iniciativa de Acra, com 10.000 pessoas, inspirada numa força-tarefa semelhante que opera na Bacia do Lago Chade. Para além da segurança, o programa investe

na educação e nos cuidados de saúde, bem como em infra-estruturas essenciais como estradas e água potável. O Banco Africano de Desenvolvimento disponibilizou 10,53 milhões de dólares em 2022 para ajudar a fornecer electricidade a 71.600 agregados familiares e a mais de 7.100 centros comerciais nos distritos de Savanes, Zanzan e Woroba, na Costa do Marfim. O programa de electrificação faz parte de um esforço mais vasto para reduzir a pobreza no norte e, por extensão, a tentação de radicalização.

“Dependendo da redução das vulnerabilidades estruturais e da fragilidade no norte do país, o programa social poderia — ao complementar as operações militares e de segurança — reduzir as ameaças actuais e futuras,” escreveu Assanvo.

Mesmo com os seus êxitos, o país não tem margem para complacência. O grupo mercenário russo, Grupo Wagner, que agora se chama Africa Corps, não escondeu o seu desejo de expandir a sua influência militar para



Trabalhadores montam um smartphone Open G, com 16 línguas costa-marfinenses, numa fábrica em Grand Bassam.

REUTERS



O bairro comercial central de Plateau, na cidade portuária de Abidjan, é um motor da economia em crescimento da Costa do Marfim. REUTERS

novas regiões de África, especialmente para a Costa do Marfim. O Grupo Wagner já está firmemente instalado na República Centro-Africana, onde faz parte da equipa de segurança presidencial do país. O Grupo Wagner também apoiou golpes de Estado no Burquina Faso e no Mali.

“Cada vez mais, parece que o Grupo Wagner está a observar outros três países da África Ocidental: Libéria, Serra Leoa e [Costa do Marfim],” escreveu o investigador Michael Rubin para o American Enterprise Institute, no início de 2023. “Cada um deles sofreu perturbações no passado. Enquanto, muitas vezes, as missões de manutenção da paz das Nações Unidas custam bilhões de dólares, estendem-se por décadas e apenas alcançam resultados marginais, a Libéria, a Serra Leoa e [a Costa do Marfim] ... são os três países que a ONU aponta como a exceção que prova a regra.”

José Naranjo, escrevendo par o El País, em Janeiro de 2024, afirmou que o principal desafio do país é distribuir a sua nova riqueza por todos os cidadãos.

“De 2015 a 2020, a taxa de pobreza diminuiu de 46% para 39%, o que indica que uma parte significativa da população continua a enfrentar graves desafios,” referiu. “Em cidades como Abidjan, o elevado custo de vida é uma queixa comum devido a uma inflação que ronda os 4%. O impacto da Covid-19 e da guerra na Ucrânia agravou a inflação nos últimos anos.” Além disso, o governo anunciou um aumento de 10% nas tarifas de electricidade.

O International Crisis Group afirma que a dupla aposta da Costa do Marfim na segurança e no desenvolvimento económico “está a render dividendos importantes para a população do norte.” O país deve aumentar os investimentos sociais e continuar a reforçar a confiança entre os militares e os civis. A Costa do Marfim, segundo o grupo, deve continuar a desenvolver a sua relação crítica com o Burquina Faso e apoiar iniciativas multilaterais de partilha de informações. A Costa do Marfim deve igualmente continuar a desenvolver relações de cooperação com o Benin, o Gana e o Togo, entre outros. □



Mecânicos Zambianos Recebem Formação nos EUA

DEFENCEWEB

Mecânicos da Zâmbia passaram uma semana nos Estados Unidos a aprender a fazer a manutenção de helicópteros Enstrom 480B movidos a turbina. O Ministério da Defesa da Zâmbia assinou um contrato em 2023 para dois dos helicópteros que serão utilizados como formadores, bem como em missões como a luta contra a caça furtiva e a segurança pública.

A Enstrom oferece regularmente cursos de manutenção durante todo o ano na sua fábrica em Menominee, Michigan. Os participantes praticam o que aprendem com modelos de exposição práticos e ferramentas especiais.

Os novos helicópteros da Força Aérea da Zâmbia ficarão sediados em Lusaka e serão utilizados em missões de formação e de utilidade pública. O acordo inclui um pacote de formação. Os helicópteros serão equipados com ganchos de carga, suportes para câmaras e aviónica. Um helicóptero será fornecido com uma cabina de pilotagem totalmente em vidro e outro com um painel híbrido de vidro e analógico para proporcionar formação com uma cabina de pilotagem.

Mecânicos de helicópteros da Zâmbia visitaram Menominee, Michigan, durante a sua formação.

ENSTROM HELICOPTER CORP

O Enstrom 480B é o avião de referência da empresa. Foi desenvolvido de acordo com as especificações do Novo Helicóptero de Treino do Exército dos EUA. Possui 9,2 metros de comprimento, uma configuração de cabina de cinco lugares e capacidade de transporte de macas. Os operadores militares e governamentais que utilizam o 480B incluem a República Checa, a Guiné Equatorial, a Indonésia, o Japão, a Tailândia e a Venezuela.

O Safomar Aviation Group, da África do Sul, coordenou e assistiu a Enstrom na venda à Zâmbia, incluindo a logística, as especificações e a configuração dos helicópteros. O Safomar explora uma grande instalação regional de manutenção, reparação e revisão e uma escola de pilotagem. Também mantém e opera helicópteros Enstrom em toda a África Subsariana. O Safomar prestou assistência na venda de três helicópteros Enstrom 480B à polícia do Botswana. O último destes foi entregue no início de 2021.

MARROCOS VAI ADQUIRIR HELICÓPTEROS APACHE

DEFENCEWEB

A Boeing começou a fabricar o primeiro de 24 helicópteros de ataque AH-64E Apache para Marrocos, antes das entregas ao país do Norte de África, que terão início em 2024.

Estão a decorrer os preparativos na base militar de Khouribga para receber os novos Apaches. Em Junho de 2020, Marrocos encomendou 24 AH-64Es num negócio de 440 milhões de dólares, depois de ter solicitado a aeronave no final de 2019. A conclusão do contrato está prevista para Março de 2025.



A Boeing está a construir os novos Apaches marroquinos ao abrigo de um contrato com o Exército dos EUA através do processo de Vendas Militares Externas do governo dos EUA. O AH-64E que Marrocos encomendou possui um sistema moderno e melhorado de designação de aquisição de alvos que fornece informações sobre alvos de dia, de noite e em todas as condições climáticas, e capacidade de navegação com visão noturna. Para além de classificar alvos terrestres e aéreos, a Boeing afirmou que o radar de controlo de fogo foi actualizado para funcionar num ambiente marítimo.

Há já algum tempo que Marrocos procura um novo helicóptero de ataque. As forças armadas marroquinas não dispõem de um helicóptero de ataque específico, contando com duas dezenas de Gazelas, pilotadas pela Aviação do Exército e pela Força Aérea Real Marroquina.

Marrocos está também a adquirir outros meios de aviação militar aos EUA, incluindo 25 caças F-16C/D Block 72 para substituir os Mirage F1 que recebeu na década de 1970, os Northrop F-5E/F Tiger II que recebeu na década de 1980, e para aumentar e eventualmente substituir os F-16C/D que recebeu em 2011.

Egipto Lança Quarta Fragata Meko

DEFENCEWEB

Os estaleiros navais de Alexandria lançaram a primeira fragata Meko A200 da Marinha Egípcia, construída localmente, a quarta no total para o país do Norte de África.

O Al-Jabbar foi lançado a 4 de Dezembro de 2023, com a presença do Presidente do Egipto, Abdel-Fattah el-Sisi, na cerimónia.

O estaleiro de Alexandria afirmou que o fabrico e a montagem do primeiro Meko A200 demoraram dois anos. O Egipto está entre os poucos países que fabricam grandes embarcações militares. “Hoje celebramos a inauguração e o lançamento da primeira fragata stealth Meko A200 por mãos 100% egípcias.”

O estaleiro acrescentou que “o lançamento e a navegação das fragatas egípcias são agora uma realidade inegável, sublinhando que o Egipto está a avançar a todo o vapor ... para reforçar a posição egípcia no domínio da produção militar, cumprindo as normas internacionais por mãos egípcias.”

O Egipto encomendou quatro navios estruturalmente idênticos



à ThyssenKrupp Marine Systems, sendo as três primeiras unidades produzidas na Alemanha e o quarto navio construído no Egipto. O contrato foi assinado em Setembro de 2018.

A ThyssenKrupp entregou o segundo Meko A200, Al-Qahhar, em Maio de 2023, após o início dos trabalhos em Dezembro de 2019. O navio Al-Aziz, o primeiro da classe, foi entregue em Outubro de 2022. A terceira fragata foi lançada em Abril de 2022.

Cada uma das novas fragatas Meko do Egipto tem 121 metros de comprimento e uma velocidade máxima de 29 nós. As quatro fragatas Meko acabarão por substituir os velhos navios da classe Oliver Hazard Perry que constituem a maior parte da frota de escolta da Marinha Egípcia.

MARINHA DA NIGÉRIA VAI TIRAR PARTIDO DA IA EQUIPA DA ADF

A Marinha da Nigéria pretende utilizar a inteligência artificial para reforçar a sua capacidade operacional e acompanhar a evolução dos avanços tecnológicos no sector marítimo.

Chefe do Estado-Maior da Marinha, Vice-Almirante Emmanuel Ogalla fez o anúncio durante a apresentação de um trabalho dos participantes da marinha no Colégio da Defesa Nacional. Ogalla disse que a Marinha da Nigéria está a adoptar a IA porque esta e outras tecnologias emergentes são cada vez mais utilizadas na construção de navios.

“A Marinha da Nigéria tem de continuar a adoptar e a integrar estas tecnologias para manter uma vantagem competitiva durante as operações,” afirmou Ogalla numa reportagem do jornal nigeriano Leadership.

A IA pode melhorar os processos de tomada de decisão da Marinha, por exemplo, prevenindo a forma mais eficiente de operar um navio em termos de combustível. Pode ser incluído no sistema de navegação de um navio, nas operações de radar ou nos sistemas de detecção de ameaças para ajudar os operadores a processar



a informação mais rapidamente.

A tecnologia ganha popularidade à medida que as ameaças no domínio marítimo se multiplicam e se tornam cada vez mais complexas.

“As marinhas e os navios de guerra em geral têm um elevado grau de automação há muito tempo,

sendo a utilização mais comum da IA no Sistema de Gestão de Combate (CMS),” Matthew Caris, director sénior da Avascent, uma empresa de consultoria de estratégia global, disse à Armada International.

No modo automático, o CMS pode detectar um alvo e identificar, classificar e dar prioridade aos alvos antes de utilizar as armas, embora as pessoas estejam envolvidas nas decisões sobre quando e como utilizar as armas.

O aproveitamento da IA e de outras tecnologias ajudará a Marinha da Nigéria a responder mais eficazmente a uma série de ameaças marítimas, como a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), o contrabando de droga e a pirataria. Actualmente, a Nigéria perde cerca de 70 milhões de dólares por ano devido à pesca INN perpetrada por uma série de frotas estrangeiras, sobretudo chinesas.

É um flagelo que assola a África Ocidental, o epicentro mundial da pesca INN. O custo para a região é estimado em 10 bilhões de dólares por ano, de acordo com um relatório de 2023 do Stimson Center, um grupo de reflexão.



África Precisa de uma **‘Firewall Humana’** para se Proteger do Crime Cibernético

EQUIPA DA ADF

A rápida expansão da tecnologia digital nos últimos anos deixou milhões de africanos vulneráveis a criminosos cibernéticos que procuram enganá-los, enganar as suas empresas e até os seus governos, retirando-lhes dinheiro e informações pessoais.

O problema é tão generalizado que, de acordo com algumas estimativas, estes crimes podem custar aos países africanos até 10% do seu produto interno bruto por ano.

“As ameaças cibernéticas são mais sofisticadas e complexas do que nunca e estão a evoluir rapidamente com novas tecnologias, como a IA [inteligência artificial], que se tornam cada vez mais avançadas todos os dias,” Stu Sjouwerman, director-executivo da empresa sul-africana de segurança cibernética KnowBe4, escreveu recentemente para a publicação online ITWeb.

Olhando para o futuro, Sjouwerman exorta as empresas e os líderes governamentais africanos a concentrarem-se no reforço daquilo a que chama “firewall humana,” educando os utilizadores de computadores e telemóveis sobre os riscos que enfrentam com a fraude online. As técnicas utilizadas incluem o phishing — o envio de mensagens de e-mail ou links com aparência autêntica que podem induzir um destinatário desprevenido a violar involuntariamente a segurança de um sistema informático.

Investir na firewall humana é crucial porque os países africanos enfrentam um grave défice de especialistas

À medida que África enfrenta uma série de ameaças cibernéticas, os especialistas apelam a campanhas de sensibilização e educação para ajudar os utilizadores de computadores a se protegerem.

em segurança cibernética com formação. O Relatório de Defesa Digital da Microsoft mostra que a procura de competências de segurança cibernética cresceu em média 36% no último ano, só na África do Sul.

“Esta lacuna na escassez de competências não vai ser preenchida tão cedo, deixando as organizações vulneráveis a ataques cibernéticos,” escreveu Sjouwerman.

O mesmo relatório identifica a China, a Coreia do Norte e a Rússia como as principais fontes de ameaças globais à segurança cibernética. No entanto, os governos nacionais não são a única fonte de ataques online.

As redes criminosas transnacionais utilizam programadores desonestos para criar malware que invade os sistemas informáticos. Os chamados operadores do crime cibernético como serviço podem ajudar os agentes maliciosos a manter reféns os sistemas de água e electricidade ou a roubar às empresas de telecomunicações o seu lucrativo tesouro de dados pessoais dos clientes.

Os países africanos variam muito quanto à gravidade das ameaças à segurança cibernética que enfrentam. O Quênia, a Nigéria e a África do Sul figuram regularmente entre os países africanos que registam o maior número de ataques online.

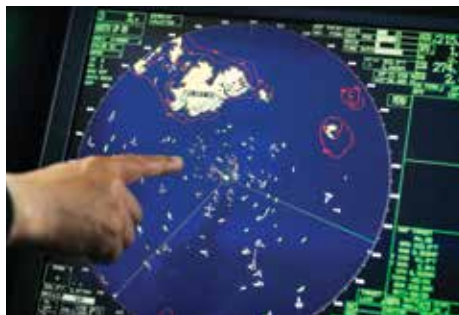
Criminosos Cibernéticos Visam o Sector Marítimo

EQUIPA DA ADF

No final de 2023, os criminosos cibernéticos atacaram uma companhia de navegação ou uma entidade marítima uma vez em cada três dias. Este número está a aumentar e exige uma vigilância acrescida por parte dos profissionais de segurança africanos, dizem os especialistas.

Entre os que fazem soar o alarme estão os líderes do Centro Regional de Fusão de Informação Marítima de Antananarivo, Madagáscar, que transmite alertas de ameaças marítimas na região da África Oriental e Austral e do Oceano Índico (ESA-IO).

“O crime cibernético é uma ameaça emergente à segurança marítima que está a começar a ganhar terreno e, na região da ESA-IO, está a aproximar-se de nós,” disse o Tenente Saïd Lavani, oficial de ligação internacional das Comores no centro.



Os responsáveis pela segurança marítima estão a alertar sobre a necessidade de uma segurança cibernética acrescida face a ataques que podem comprometer os sistemas de comunicação, a navegação e outros sistemas das embarcações.

REUTERS

A tecnologia operacional marítima e a gestão das operações da frota são quase inteiramente digitais, o que significa que os ataques cibernéticos podem comprometer uma grande variedade de sistemas, incluindo as comunicações dos navios, a gestão da carga e da água de lastro e a monitorização e controlo dos motores.

O custo médio destes ataques aumentou 200% a nível mundial em 18 meses, para mais de 550.000 dólares por incidente.

Os sistemas de navegação e de comunicação de longo alcance também estão em risco. As empresas de transporte marítimo utilizam cada vez mais as comunicações avançadas por satélite, como as redes de órbita terrestre baixa, para melhorar a conectividade, mas também expõem vulnerabilidades de backdoor aos criminosos online, de acordo com um relatório da sociedade de advogados Holman Fenwick Willan e da empresa de segurança cibernética marítima CyberOwl.

Alguns dos territórios costeiros e insulares do continente estão a tomar medidas para combater as ameaças cibernéticas. O Observatório de Segurança Cibernética do Oceano Índico, na Ilha Reunião, lançou uma campanha de sensibilização no final de Outubro de 2023. O observatório visa criar uma comunidade nos domínios da protecção de dados e sensibilizar para as questões da segurança cibernética marítima.

Quênia Anuncia Iniciativa de Modernização Militar Avaliada em 236 Milhões de Dólares

EQUIPA DA ADF

O governo queniano anunciou grandes investimentos em armas e equipamento para modernizar as suas forças armadas. O país vai gastar cerca de 7 bilhões de xelins quenianos (45 milhões de dólares) por ano, durante cinco anos, para adquirir veículos tácticos, drones e outros instrumentos de defesa modernos, de acordo com o Ministério do Interior.

Parte do investimento incluirá a compra de drones para monitorizar as zonas fronteiriças e costeiras que têm sido assoladas por bandidos e terroristas.

O primeiro lote de equipamento deveria incluir veículos protegidos contra emboscadas e resistentes a minas, kits de

vigilância aérea e equipamento de protecção pessoal.

O Secretário do Gabinete do Interior, Kithure Kindiki, disse que um dos principais objectivos do investimento é proteger melhor os profissionais de segurança no exercício das suas funções.

“Tomámos a decisão de aumentar e revitalizar o programa de modernização do equipamento e adquirir mais meios aéreos e terrestres, bem como equipamento de protecção pessoal, para que possam desempenhar o vosso trabalho de forma melhor e mais eficiente,” disse Kindiki ao Star. “Quando estamos a proteger os nossos concidadãos, as nossas vidas também devem ser protegidas do perigo.”

No total, o governo queniano gastará 236 milhões de dólares para a iniciativa de modernização.



O contingente queniano na Missão de Transição da União Africana na Somália recebe novos veículos resistentes a minas e protegidos contra emboscadas. O Quênia está a investir em equipamento militar adicional de alta tecnologia para proteger as suas forças. FORÇAS DE DEFESA DO QUÊNIA

Ruanda Baseia-se nos 'PRINCÍPIOS DE KIGALI' para Limitar os Danos Causados a Civis em Moçambique

EQUIPA DA ADF

Durante a sua intervenção de mais de dois anos em Moçambique, as forças ruandesas e aliadas libertaram 90% da conturbada região de Cabo Delgado das garras dos extremistas.

Ralph Shield, um investigador de conflitos, do Colégio de Guerra Naval dos EUA, estudou as ações dos 2.500 soldados e polícias ruandeses e descobriu que eles perseguiram os militantes, mantendo a disciplina no uso da força para evitar danos a civis. De facto, segundo ele, o Ruanda foi destacado para Moçambique durante um ano inteiro antes de infligir a sua primeira fatalidade civil registada.

Shield apontou três factores que, na sua opinião, ajudaram o Ruanda a combater a insurgência e a proteger os civis.

Ganhar o apoio da sociedade civil: As forças ruandesas, quando em patrulha, fazem questão de interagir com a população local e perguntar sobre as suas necessidades de segurança. As tropas falam Swahili, que é a língua principal do extremo norte de Moçambique. O Ruanda também dá ênfase a algo a que chama "umuganda," ou trabalho comunitário, em que os soldados trabalham com civis em projectos públicos como abertura de poços.

Utilização moderada do poder de fogo: A investigação de Shield mostra que as forças ruandesas demonstraram "contenção táctica" durante a patrulha. Não recorreram ao poder aéreo ou à artilharia, menos precisos, para atingir os insurgentes.

Um ambiente propício ao sucesso: As forças ruandesas beneficiaram do facto de que, quando foram destacadas

Soldados ruandeses preparam-se para embarcar num avião para uma intervenção em Moçambique. O país tem sido elogiado pelos seus esforços de contra-insurgência, que têm dado prioridade à protecção dos civis. AFP/GETTY IMAGES

pela primeira vez, grande parte da população tinha fugido das cidades de Cabo Delgado onde operavam. Assim, era mais fácil evitar ferir civis. Além disso, os insurgentes raramente utilizaram engenhos explosivos improvisados e não lançaram ataques bombistas suicidas.

A postura do Ruanda baseia-se nos "Princípios de Kigali sobre a Protecção de Civis," um conjunto de 18 directrizes criadas em 2015, que enumeram as formas como as forças de manutenção da paz devem agir para proteger a população e evitar atrocidades em massa. Os princípios nasceram das lições da história do Ruanda quando, em 1994, as forças de manutenção da paz da ONU não actuaram para impedir um genocídio.

"Quando falamos de uso da força, isso tende a ser mal interpretado como imprudência," disse o General Patrick Nyamvumba, do Ruanda, então Chefe do Estado-Maior da Defesa, em 2016, durante um discurso no Instituto da Paz dos EUA. "Os piores exemplos que vimos, quer se trate do Ruanda ou de Srebrenica, foram os das forças de manutenção da paz, as coisas aconteceram na sua presença e elas não agiram. Tudo o que estamos a dizer é 'OK, isso foi na altura, não podemos dar-nos ao luxo de fazer isso agora.'"



SENEGAL ENVIA MENSAGEM AOS TRAFICANTES COM GRANDES APREENSÕES DE COCAÍNA

EQUIPA DA ADF

Uma série de apreensões de droga pela Marinha Senegalesa demonstra o aumento do tráfico na África Ocidental e a determinação das forças de segurança em fechar as rotas.

No final de Dezembro de 2023, a Marinha Senegalesa apreendeu 690 quilogramas de cocaína que estavam a ser transportados para a Europa num barco ultra-rápido e prendeu cinco cidadãos espanhóis que se encontravam a bordo. Isso ocorreu após duas apreensões, cada uma de cerca de 3 toneladas métricas, em buscas efectuadas a 28 de Novembro e a 16 de Dezembro de 2023.

“Nos últimos anos, as apreensões de droga em alto mar tornaram-se mais frequentes,” escreveu o jornal senegalês *Le Quotidien*. “Esta última operação, levada a cabo pela Marinha

Nacional na luta contra o narcotráfico, demonstra que esta se encontra mais bem equipada com a aquisição de modernos barcos de patrulha.”

O Senegal adquiriu dois dos três navios-patrulha offshore previstos, entregues pelo construtor naval francês Pirou. O primeiro navio, que chegou em Julho de 2023, já interceptou dezenas de embarcações que traficavam estupefacientes, de acordo com uma reportagem da *defenceWeb*.

Consideradas durante muito tempo como zonas de trânsito de drogas, a África Ocidental e Central tornaram-se regiões onde o consumo e a dependência são mais comuns, segundo o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC).

As apreensões na região caíram para valores insignificantes em 2018, antes de aumentarem acentuadamente em 2019 e nos anos seguintes. Entre 2019 e 2023, as autoridades apreenderam 80 toneladas métricas de cocaína na África Ocidental.

O UNODC calcula que 30 a 40 toneladas métricas de cocaína e heroína passam pela África Ocidental todos os anos, com um valor de mercado de 1,25 bilhões de dólares.

“Os traficantes de droga e os grupos criminosos organizados estão a tirar partido da deterioração da situação de segurança no Sahel para explorar novas rotas e mercados,” afirmou o Dr. Amado Philip de Andrés, representante regional do UNODC para a África Ocidental e Central. “Este tráfico afecta a saúde de milhões de pessoas na região e alimenta os conflitos ao financiar os grupos armados do Sahel.”

Agentes de segurança exibem algumas das 3 toneladas métricas de cocaína apreendidas num navio em águas senegalesas no dia 28 de Novembro de 2023. MARINE NATIONALE SENEGALAISE

GANÁ ENTRA NUMA “NOVA ERA” COM PLANOS PARA UNIVERSIDADE DE DEFESA NACIONAL

EQUIPA DA ADF

Os líderes ganeses saudaram a importância da educação e formação militares, numa altura em que as aulas começam numa nova escola de guerra e estão em curso planos para criar um sistema universitário completo.

O Presidente Nana Akufo-Addo expôs a sua visão para a Universidade de Defesa Nacional durante o seu discurso no desfile de formatura de 17 de Novembro de 2023 na Academia Militar do Gana (GMA) em Teshie, Accra.

“A universidade será uma instituição de ensino superior multidisciplinar que formará pessoal das forças armadas, outras agências de segurança, departamentos e agências governamentais e pessoal militar estrangeiro,” afirmou.

A universidade, disse, oferecerá uma estrutura abrangente para as outras instituições de ensino superior do Gana no âmbito das Forças Armadas do Gana (GAF), com campus no Colégio de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas do Gana, no Centro Internacional de Formação para a Manutenção da Paz Kofi Annan, no Colégio Nacional de Estudos de Defesa (NCDS), na GMA e no Comando de Formação e Doutrina das Forças Armadas do Gana.



O Major-General Irvine Aryeetey, à esquerda, comandante do Colégio Nacional de Estudos de Defesa do Gana, e o Chefe do Estado-Maior da Defesa, Vice-Almirante Seth Amoama, partilham uma placa de homenagem à inauguração da escola, no dia 30 de Novembro de 2023.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO GANA

A universidade oferecerá programas aos níveis de mestrado e de doutoramento a oficiais e civis que trabalham em estabelecimentos, ministérios, departamentos e agências de segurança e defesa nacional no Gana e a estudantes de outros países africanos.

O Chefe do Estado-Maior da Defesa, Vice-Almirante Seth Amoama, discursou na inauguração da nova escola de guerra do Gana, o NCDS, a 30 de Novembro de 2023, no Burma Camp, em Accra. Disse aos oficiais superiores que o NCDS era uma parte dos esforços das GAF para aumentar as capacidades militares e a prontidão.

“O programa desta faculdade visa formar licenciados imbuídos de liderança, pensamento crítico e capacidade de resolução de problemas, necessários para enfrentar os complexos desafios de segurança do Gana e de África,” afirmou.

O Comandante do NCDS, Major-General Irvine Aryeetey, saudou a ocasião, chamando-lhe o início de uma nova era das GAF.

“O NCDS não será apenas um local de aprendizagem, mas um símbolo do nosso empenho em salvaguardar a soberania da nossa nação e em garantir a segurança do nosso povo,” afirmou.

ONU Quer uma Armadura Especial para Mulheres

NAÇÕES UNIDAS

O representante dos Estados Unidos nas Nações Unidas anunciou uma promessa de 3 milhões de dólares para apoiar um programa-piloto de coletes à prova de bala para mulheres.

A Embaixadora Linda Thomas-Greenfield juntou-se a parceiros do Gana, dos Países Baixos e da Zâmbia para apoiar este projecto pioneiro destinado a resolver a questão do equipamento de protecção individual inadequado fornecido às mulheres das forças de manutenção da paz e a aumentar a sua capacidade de participar significativamente nas missões de manutenção da paz.

“Um dos principais obstáculos à entrada? O equipamento de protecção pessoal ‘unissexo’ que simplesmente não se adapta às mulheres das forças de manutenção da paz,” afirmou.

O colete à prova de balas específico para mulheres tem um corte à medida, peito arredondado, torso mais curto e costas ajustáveis, o que permite uma melhor cobertura dos órgãos vitais. O objectivo deste projecto-piloto é avaliar o grau em que o equipamento melhora as operações e a segurança durante a formação e a utilização. Este projecto visa reduzir os obstáculos à participação plena, equitativa e significativa das mulheres nas operações de paz.

Thomas-Greenfield disse que um investimento nesta armadura é um investimento nas mulheres e nas comunidades que elas servem. Sublinhou que “já é tempo de capacitar e proteger estas forças de manutenção da paz que dedicam as suas vidas a capacitar e proteger os civis em conflito”

Mulheres blindadas das forças de manutenção da paz ruandesas garantem protecção em Juba, no Sudão do Sul. A ONU diz que as mulheres precisam de um colete à prova de balas concebido para melhor as adaptar e proteger.

MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO SUDÃO DO SUL



ONU Abre Instalações de Formação de Alta Tecnologia no Uganda

EQUIPA DA ADF

As Nações Unidas abriram uma instalação de Formação Virtual Dirigida por Instrutor (VILT, Virtual Instructor-Led Training) para as forças de manutenção da paz no seu centro de serviço regional de Entebbe, Uganda. Trata-se do primeiro do seu género em África.

As instalações fazem parte da Academia de Comando, Controlo, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4ISR) das Nações Unidas para as Operações de Paz. Os instrutores leccionam as aulas online do estabelecimento.

O jornal Observer, do Uganda, informou que a instalação “permite a colaboração em tempo real e oferece acessibilidade a especialistas na matéria, cria uma experiência de aprendizagem imersiva, permite o acompanhamento e a medição do sucesso, reduz os custos e aumenta a capacidade de formação.”

Um sistema C4ISR pode incluir um posto de comando e controlo online, servidores e estações de trabalho que interagem com veículos terrestres próximos, aeronaves e soldados que recolhem informações.

Os participantes podem colaborar online, sem restrições de local ou de tempo. Paulin Djomo, director do Centro de Serviços Regionais da ONU em Entebbe, disse ao The Independent, de Kampala, que o novo sistema irá melhorar a capacidade da ONU para estabelecer e manter operações de manutenção da paz, ao mesmo tempo que melhora o desempenho e a segurança das forças de manutenção da paz. O centro irá atender mais de 16.000 funcionários de gabinetes políticos e de manutenção da paz em toda a África.

“O VILT utiliza plataformas online para sessões interactivas e permite a colaboração em tempo real entre os participantes,” disse Djomo ao The Observer. “Com o VILT, não temos de transportar participantes de todo o mundo, mas podemos fazer com que recebam instruções a partir dos seus postos de trabalho e locais, com a sensação de estarem dentro da sala de formação.”

Estudantes recebem formação no Centro de Serviços Regionais das Nações Unidas em Entebbe, Uganda.

CENTRO REGIONAL DE SERVIÇOS DAS NAÇÕES UNIDAS ENTEBBE

Mulheres Alargam o Seu Papel na Manutenção da Paz

NAÇÕES UNIDAS

Durante mais de um ano, um grupo de forças de manutenção da paz das Nações Unidas do Gana, liderado pela Capitã Esinam Baah, patrulhou regularmente a “linha azul,” ou seja, a linha de demarcação entre o Líbano e Israel. Visitaram os bairros da zona, contactando as famílias para se certificarem de que estavam em segurança.

Em 2022, Baah foi uma das 173 mulheres ganesas das forças de manutenção da paz que serviram na Missão Interina da ONU no Líbano. Foi também uma das 6.200 mulheres uniformizadas das forças de manutenção da paz — militares e polícias — que prestam serviço nas 12 missões de manutenção da paz no mundo. Estas mulheres são frequentemente vistas como um farol de esperança e proteção para milhões de civis, muitos deles mulheres e raparigas, que lutam para se manterem em segurança enquanto ajudam a reconstruir as suas vidas e comunidades após o conflito.

“Há algumas pessoas na cidade que não se sentem muito à vontade com um homem desconhecido a falar com as suas mulheres, por isso, como sou uma mulher, posso aproximar-me de qualquer mulher, em qualquer cidade, porque me vêem como uma mulher e não sou uma ameaça,” disse Baah.

A paridade de género na manutenção da paz, especialmente entre os seus líderes e pessoal uniformizado, é há muito uma prioridade para a ONU. A organização, que depende dos seus países-membros para fornecer contingentes militares e policiais, lançou várias iniciativas ao longo dos anos, incluindo instar e incentivar os países que contribuem com tropas e polícias a destacarem mais mulheres.

Ao longo dos anos, as missões progrediram. Entre 1957 e 1989, apenas 20 mulheres uniformizadas participaram em acções de manutenção da paz. Em Setembro de 2023, eram 6.200. No entanto, este número representa menos de 10%



Um soldado da paz ganês patrulha um campo de pessoas deslocadas internamente em Bentiu, no Sudão do Sul. Estas patrulhas proporcionam oportunidades para interagir com os membros da comunidade e recolher alertas precoces sobre potenciais conflitos. GREGÓRIO CUNHA/UNMISS

dos mais de 70.000 soldados de manutenção da paz uniformizados destacados.

Mais de metade destas mulheres são provenientes de África. Entre os 120 países que contribuem com tropas e polícias, o Egípto, a Etiópia, o Gana, o Ruanda, o Senegal, a África do Sul e a Zâmbia são alguns dos maiores contribuintes africanos de mulheres uniformizadas.

“Juntas, com todas as outras mulheres pioneiras, temos a responsabilidade de carregar a tocha e derrubar os estereótipos de género, os preconceitos e as barreiras contra as mulheres no domínio das correcções e da segurança,” afirmou Téné Maïmouna Zoungrana, uma agente do serviço penitenciário do Burquina Faso que serviu na missão de manutenção da paz da ONU na República Centro-Africana.

Zoungrana recebeu o primeiro Prémio Trailblazer da ONU para Mulheres Oficiais de Justiça e dos Serviços Correccionais em 2022 pelo seu trabalho na criação de uma equipa de intervenção rápida exclusivamente feminina e no recrutamento e formação de agentes prisionais locais.

Energias Renováveis Constituem Prioridade nas Futuras Missões

NAÇÕES UNIDAS

A transição para a energia renovável nas missões de manutenção da paz das Nações Unidas ajuda a garantir a segurança e a protecção do pessoal uniformizado que serve no terreno, afirmam as autoridades da ONU.

Atul Khare, subsecretário-geral da ONU, discursando na conferência ministerial das Nações Unidas sobre a manutenção da paz em 2023, em Acra, no Gana, afirmou que a mudança para a energia verde no terreno “não tem apenas a ver com a pegada ambiental,” uma vez que ajuda a proteger as forças

de manutenção da paz ao reduzir a necessidade de transportar combustível em estradas perigosas. Com uma gestão adequada da energia, a resiliência operacional para resistir à escassez de combustível também é aumentada, o que significa que as missões podem fazer funcionar as infra-estruturas essenciais mesmo quando o abastecimento de combustível não pode ser efectuado.

Participaram na conferência delegados de mais de 85 países, onde os debates se centraram na gestão ambiental das operações de manutenção da paz.

Khare afirmou que os progressos registados incluíram “um grande salto” na proporção de resíduos tratados através da reciclagem, compostagem e incineração, que passou de 19% para 65%. Além disso, a utilização de combustível per capita, por dia, na produção de electricidade diminuiu de 4,1 litros para 3,7 litros.

“Pode parecer modesto em termos per capita, mas em termos reais representa uma redução de 15 milhões de litros de gasóleo por ano, ou seja, cerca de 40.000 toneladas de emissões de gases com efeito de estufa,” afirmou.



ÁFRICA DO SUL

Partilha Conhecimentos de Policiamento com Angola

SANEWS

O comissário da polícia nacional da África do Sul recebeu o comissário da polícia nacional de Angola numa visita de trabalho de sete dias em Janeiro de 2024. A força policial angolana pretendia partilhar informações e conhecimentos sobre a forma como os serviços de polícia sul-africanos previnem e combatem o crime organizado transnacional e as ameaças emergentes.

O General Fannie Masemola, da África do Sul, recebeu a delegação chefiada pelo Comissário da Polícia Nacional de Angola, General Arnaldo Manuel Carlos.

A visita é a continuação de uma parceria de longa data que foi fomentada em 2017. As duas agências policiais assinaram um memorando de entendimento com o objectivo de reforçar as relações de trabalho para prevenir e combater crimes transfronteiriços como o contrabando de droga, o tráfico de seres humanos e o roubo de minerais.

A delegação angolana incluía oficiais superiores e responsáveis do Serviço de Investigação Criminal de Angola, da unidade de investigação de estupefacientes, da unidade de investigação ambiental e de recursos naturais e da Interpol angolana.

A polícia angolana partilhou conhecimentos com detectives da polícia sul-africana, agentes de informação criminal, peritos do Laboratório de Ciências Forenses, dos Serviços de Emergência da Polícia e da Direcção de Investigação de Crimes Prioritários, vulgarmente conhecida por Hawks.

A delegação angolana também estudou a Operação Shanela, da África do Sul, que consiste em revistas regulares, bloqueios de estradas, postos de controlo de veículos e patrulhas de alta visibilidade. A operação inclui a localização de suspeitos procurados, com especial incidência em homicídios e violações, e inspecções de conformidade em estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas e de venda de bens em segunda mão.

A polícia sul-africana quer “partilhar conhecimentos e experiência com os nossos homólogos, com o objectivo de garantir que também beneficiamos de operações transfronteiriças conjuntas entre os dois países,” disse Masemola.

Agentes da polícia sul-africana e de Angola montam guarda em Joanesburgo.

RCA E UGANDA CELEBRAM ACORDO MILITAR

DEFENCEWEB

O Uganda celebrou um acordo de cooperação militar com um país com o qual não partilha fronteiras — a República Centro-Africana.

O Ministro da Defesa e dos Assuntos dos Veteranos do Uganda, Vincent Ssempijja, foi citado pelas Forças de Defesa Popular do Uganda como tendo afirmado que um memorando de entendimento reiterou o empenho do seu país numa parceria militar com a República Centro-Africana.

“O Uganda sempre esteve empenhado em promover a paz e a estabilidade na região e estamos firmemente convencidos de que a melhor forma de o conseguir é através da cooperação e da colaboração com os nossos vizinhos,” afirmou após a assinatura em Kampala. “A nossa parceria de defesa com a RCA é um testemunho deste compromisso e continuaremos a trabalhar em conjunto para garantir que a nossa região se mantenha pacífica e próspera.”

Ssempijja elogiou o “apoio incondicional” do governo da RCA durante o repatriamento, em 2023, de antigos combatentes do Exército de Resistência do Senhor (LRA) dos campos de Zemio e Mboki. O Chefe do Estado-Maior Conjunto do Uganda,

Major-General Leopold Kyanda, referiu-se à cooperação com o país sem litoral, no âmbito de uma força-tarefa regional da União Africana, que foi “crucial para a degradação do LRA, cujos remanescentes renunciaram, entretanto, à rebelião.”

O Ministro da Defesa Nacional e da Reconstrução do Exército da RCA, Claude Bireau, agradeceu o Uganda pela sua contribuição durante o “pico das actividades do LRA na RCA.”

Bireau afirmou que o facto de o Uganda ter saído da guerra civil para desenvolver forças armadas profissionais constitui um modelo para a RCA.

“Queremos avaliar o profissionalismo e os bons atributos do exército ugandês. Por ter saído da mesma crise, pensamos que é agora um modelo a seguir,” afirmou Bireau.

Ssempijja disse que a história do Uganda faz com que este país esteja ansioso por ajudar as nações em crise. “Sabemos o que é quando o nosso irmão está em necessidade; já passámos por esse tipo de situação há muito tempo e sabemos que o pouco que temos pode ser partilhado,” afirmou. “É por isso que temos 1,5 milhões de refugiados ... não somos ricos, mas não podemos rir quando os nossos irmãos e irmãs estão a sofrer.”



O Ministro da Defesa e dos Assuntos dos Veteranos do Uganda, Vincent Ssempijja, à esquerda, e o Ministro da Defesa da República Centro-Africana, Claude Bireau, posam após a assinatura do memorando de entendimento. UPDF

ONU VAI APOIAR MISSÕES DE PAZ DA UNIÃO AFRICANA

EQUIPA DA ADF

Como parte do que está a ser chamado de uma nova geração de missões de manutenção da paz, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou por unanimidade uma resolução para ajudar a financiar as operações de apoio à paz lideradas pela União Africana.

O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, apoiou a decisão. Nas redes sociais, ele classificou a votação como uma “resolução inovadora” que ajudará a colmatar uma “lacuna crítica na arquitectura internacional de paz e segurança.”

A ONU emitiu um comunicado a 22 de Dezembro de 2023, dizendo que “desde o início do seu mandato, o Secretário-Geral tem apelado repetidamente a uma nova geração de Operações de Apoio à Paz lideradas por parceiros africanos, com financiamento garantido, incluindo através de contribuições avaliadas pela ONU, para responder aos desafios de paz e segurança no continente.”

As recentes missões de manutenção da paz da ONU em África falharam devido à falta de apoio das nações anfitriãs, entre outros problemas. A missão de 10 anos no Mali



A Missão de Transição da União Africana na Somália realiza uma cerimónia de entrega de medalhas no Quartel-General do Sector Um em Mogadíscio. PHILLIP NAMAYO/ATMIS

terminou a sua retirada no final de 2023. A missão da ONU na República Democrática do Congo iniciou a sua retirada.

A Missão dos Estados Unidos junto da ONU agradeceu o Gana pela sua liderança e parceria ao longo de todo o processo de resolução. “À medida que nos aproximamos do fim do período do Gana no Conselho de Segurança, estamos ansiosos por cimentar o seu legado, trabalhando com a UA no destacamento de uma missão para promover a paz e proteger os civis num continente que enfrenta graves e complexas ameaças à segurança,” afirmou a missão num comunicado.

Para 2024, Argélia, Moçambique e Serra Leoa representam África no Conselho de Segurança. A Serra Leoa regressou ao Conselho de Segurança em 2023 como delegada não permanente, após uma ausência de 53 anos. A Argélia aderiu em 2024.



Em Busca do Reino Perdido de Punt

EQUIPA DA ADF

Há mais de 4.000 anos, os faraós do Egito estabeleceram uma parceria comercial com a próspera Terra de Punt. Os egípcios mantiveram em segredo a localização do reino. Percorriam grandes distâncias por terra e por mar para comerciar com o país, que consideravam Ta Netjer — a Terra de Deus.

As primeiras referências directas conhecidas de Punt provêm da Pedra de Palmero, uma tábua que contém relatos das antigas dinastias egípcias. As inscrições na pedra dizem que, durante o reinado do Rei Sahure, cerca de 2450 a.C., os comerciantes conduziram uma expedição lucrativa a Punt, regressando com mirra, ouro, prata, madeira e escravos. Trata-se do primeiro registo de egípcios a viajar para lá.

A Terra de Punt estava maioritariamente escondida do resto do mundo devido ao seu isolamento. Os cidadãos de Punt estavam ansiosos por trocar ferramentas, jóias e armas dos egípcios. Em troca, os egípcios recebiam marfim, ébano, ouro, presas de elefante, incenso e animais selvagens, incluindo babuínos.

Mas cada viagem até ao Reino de Punt era longa e difícil. Ao longo dos séculos, a parceria comercial foi-se desvanecendo, tendo depois cessado por completo. Os egípcios perderam o rasto da localização de Punt. Desapareceu da memória, pensando-se que se situava algures ao longo do Mar Vermelho, ou mais a sul. Mas ninguém sabia ao certo.

Quando a Rainha Hatshepsut se tornou faraó do Egito, por volta de

1470 a.C., a rota para Punt tinha-se perdido havia décadas. Hatshepsut disse aos seus súbditos que os deuses lhe tinham dado instruções para encontrar o caminho, enviando uma missão comercial. A expedição começou por volta do seu nono ano como faraó, quando enviou cinco navios, cada um com 21 metros de comprimento. Os 210 homens enviados para a viagem incluíam marinheiros e remadores.

A viagem foi um empreendimento fantástico. Os egípcios desceram o Nilo, desmontaram os seus navios e transportaram-nos por terra até ao Mar Vermelho, onde os voltaram a montar. Os navios portáteis eram leves, mas também eram frágeis e tinham de se manter nas margens mais seguras e pouco profundas do Mar Vermelho. A viagem no mar demorou cerca de 25 dias, percorrendo 50 quilómetros por cada dia.

A viagem bem-sucedida entusiasmou os cidadãos de Punt, que sabiam quão perigosa tinha sido a viagem dos egípcios. Os egípcios regressaram da viagem com a vasta riqueza esperada, mas tinham também 31 árvores de mirra, cada uma com as suas raízes num cesto. Hatshepsut mandou plantar as árvores nos pátios do seu complexo de templos mortuários, onde prosperaram — a primeira vez na história registada que alguém transplantou com sucesso árvores estrangeiras. As raízes das árvores ainda hoje podem ser vistas.

O comércio com o Reino de Punt continuou durante a era do Novo Reino do Egito. Mas, com o passar do tempo, a política regional e a construção de

A rainha egípcia Hatshepsut enviou navios mercantes para a Terra de Punt cerca de 1470 a.C. Os navios navegaram para sul no Nilo, depois foram desmontados para uma viagem por terra antes de serem reconstruídos para navegar no Mar Vermelho. Esta reprodução de uma gravura em madeira foi copiada de um antigo mural.

impérios tiveram prioridade sobre o perigoso comércio a longa distância. Por volta de 1100 a.C., Punt tinha-se tornado novamente uma terra perdida e misteriosa. A egiptóloga Joyce Tyldesley descreveu Punt, na época pós-Reino Novo, como “uma terra irreal e fabulosa de mitos e lendas.”

Ao longo dos anos, historiadores e cientistas desenvolveram teorias sobre a localização do reino perdido. Chegaram a acreditar que Punt se situava no Corno de África, possivelmente no que é hoje a Etiópia. Outras possibilidades incluíam o Djibouti, a Eritreia, a Somália, o Sudão do Sul e até o Iémen. Alguns investigadores teorizaram que Punt poderia ter sido outro nome para uma cidade portuária a que os romanos chamavam Adulis, na actual Eritreia.

Em 2020, uma equipa de investigadores fez um grande avanço ao examinar isótopos radioactivos nos restos mumificados de babuínos no Egito, datados do Novo Reino e do período ptolemaico, entre 305 e 330 a.C. Os cientistas descobriram que alguns dos animais não eram nativos do Egito, mas provavelmente do Corno de África. Como sabiam que os egípcios obtinham babuínos de Punt, puderam restringir a localização.

Um babuíno em particular, uma fêmea, tinha DNA recuperável, que foi localizado na região de Adulis. Embora o estudo não feche o livro sobre a localização de Punt, coloca-o quase de certeza no que é actualmente a Eritreia. A descoberta poderá ajudar os historiadores a desvendar os segredos desta civilização há muito desaparecida.

DICAS

- 1** O imperador romano Trajano fundou esta antiga cidade como uma colónia militar no ano 100 d.C.
- 2** O seu traçado é preciso, ilustrando a habilidade do planeamento urbano romano.
- 3** Os edifícios e as casas eram construídos inteiramente em pedra e as ruas eram pavimentadas com grandes lajes rectangulares de calcário.
- 4** As primeiras conquistas árabes, no século VII, destruíram a cidade, que deixou de ser habitada a partir do século VIII.





PARTILHE O SEU CONHECIMENTO

Deseja ser publicado?

A Africa Defense Forum (ADF) é uma revista militar profissional que serve como um fórum internacional para militares e especialistas de segurança em África.

A revista é publicada trimestralmente pelo Comando Africano dos Estados Unidos e aborda temas como estratégias de combate ao terrorismo, operações de defesa e segurança, crime transnacional e questões que afectam a paz, estabilidade, boa governação e prosperidade.

O fórum permite que haja um debate aprofundado e intercâmbio de ideias. Gostaríamos de ouvir a opinião de pessoas das nossas nações parceiras africanas que compreendem os interesses e os desafios do continente. Submeta um artigo para publicação na ADF e deixe a sua opinião ser ouvida.

Normas Para Publicação de Artigos na ADF

REQUISITOS EDITORIAIS

- A preferência é para artigos com aproximadamente 1.500 palavras.
- Os artigos podem ser editados para se ajustarem ao estilo e espaçamento, mas a ADF irá colaborar com o autor quanto às alterações finais.
- Inclua uma pequena biografia sua com informações de contacto.
- Se possível, inclua uma fotografia sua de alta resolução e imagens relacionadas ao seu artigo com legendas e informações sobre os créditos da foto.

DIREITOS

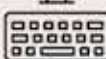
Os autores mantêm todos os direitos sobre o seu material original. No entanto, reservamo-nos o direito de editar artigos para que estejam em conformidade com os padrões do AP e do espaço. A apresentação do artigo não garante a sua publicação. Ao contribuir para a ADF, o autor concorda com estes termos.

SUBMISSÕES

Envie todas as ideias de reportagens, conteúdos e dúvidas para a Equipa Editorial da ADF através do ADF.EDITOR@ADF-Magazine.com. Ou envie a sua correspondência para um dos seguintes endereços:

Headquarters, U.S. Africa Command
ATTN: J3/Africa Defense Forum Staff
Unit 29951
APO AE 09751 USA

Headquarters, U.S. Africa Command
ATTN: J3/Africa Defense Forum Staff
Kelley Kaserne
Geb 3315, Zimmer 53
Plieninger Strasse 289
70567 Stuttgart, Germany



ESTÁ ANSIOSO PELA PRÓXIMA EDIÇÃO?

Em ADF-Magazine.com, trazemos para si uma cobertura aprofundada de questões da actualidade que afectam a paz e a estabilidade todas as semanas. Confira a nossa página da internet e tenha as mesmas notícias fiáveis e credíveis sobre segurança, trazidas semanalmente, cobrindo todo o continente.



FIQUE LIGADO

Caso queira ficar ligado nas redes sociais, siga a ADF no Facebook, Twitter e Instagram ou pode juntar-se à nossa lista de e-mails, inscrevendo-se na nossa página da Internet, ADF-Magazine.com, ou enviando um email para News@ADF-Magazine.com.